



RELATÓRIO ESTATÍSTICO

2021

PLENÁRIO	CORTE ESPECIAL	PRIMEIRA SEÇÃO Direito Público	SEGUNDA SEÇÃO Direito Privado	TERCEIRA SEÇÃO Direito Penal	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
<ol style="list-style-type: none"> Felix Fischer 17/12/1996 Francisco Cândido de M. Falcão Neto 30/6/1999 Fátima Nancy Andrighi 27/10/1999 Laurita Hilário Vaz 26/6/2001 João Otávio de Noronha 3/12/2002 Humberto Eustáquio Soares Martins (Presidente) 14/6/2006 Maria Thereza Rocha de Assis Moura¹ 9/8/2006 Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin 6/9/2006 Jorge Mussi (Vice-Presidente) 12/12/2007 Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes 17/6/2008 Luis Felipe Salomão 17/6/2008 Mauro Luiz Campbell Marques 17/6/2008 Benedito Gonçalves² 17/9/2008 Raul Araújo Filho 12/5/2010 Paulo de Tarso Vieira Sanseverino 10/8/2010 Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues 10/8/2010 Antonio Carlos Ferreira 13/6/2011 Ricardo Villas Bôas Cueva 13/6/2011 Sebastião Alves dos Reis Júnior 13/6/2011 Marco Aurélio Gastaldi Buzzi 5/9/2011 Marco Aurélio Bellizze Oliveira 5/9/2011 Assusete Dumont Reis Magalhães 21/8/2012 Sérgio Luiz Kukina 6/2/2013 Paulo Dias de Moura Ribeiro³ 28/8/2013 Regina Helena Costa⁴ 28/8/2013 Rogério Schiatti Machado Cruz 28/8/2013 Luiz Alberto Gurgel de Faria 9/9/2014 Reynaldo Soares da Fonseca 26/5/2015 Marcelo Navarro Ribeiro Dantas 30/9/2015 Antonio Saldanha Palheiro 6/4/2016 Joel Ilan Paciornik 6/4/2016 (vago) (vago) <p>¹ Corregedora Nacional de Justiça ² Diretor da Revista ³ Ministro Ouvidor ⁴ Ministra Ouvidora Substituta</p> <p>Art. 2º, § 1º, do RISTJ Presidência: 29/8/2020 a 29/8/2022</p>	<ol style="list-style-type: none"> Humberto Martins Jorge Mussi Felix Fischer Francisco Falcão Nancy Andrighi Laurita Vaz João Otávio de Noronha Maria Thereza de Assis Moura Herman Benjamin Og Fernandes Luis Felipe Salomão Mauro Campbell Marques Benedito Gonçalves Raul Araújo Paulo de Tarso Sanseverino Isabel Gallotti* <p>*Em substituição Min. Felix Fischer Coord.: Vânia Maria Soares Rocha Art. 2º, § 2º, do RISTJ Sessões: 1ª e 3ª quartas-feiras do mês</p> <p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> Humberto Martins Jorge Mussi Felix Fischer Francisco Falcão Nancy Andrighi Laurita Vaz João Otávio de Noronha Maria Thereza de Assis Moura Herman Benjamin Og Fernandes Luis Felipe Salomão <p>Art. 5º do RISTJ</p> <p>Diretor-Geral: Marcos Antonio Cavalcante</p>	<ol style="list-style-type: none"> Francisco Falcão Herman Benjamin Og Fernandes Mauro Campbell Marques Benedito Gonçalves Laurita Vaz João Otávio de Noronha Regina Helena Costa Gurgel de Faria Manoel de Oliveira Erhardt** <p>*Presidência: 6/8/2021 a 5/8/2023 Secretária: Mariana Coutinho Molina</p> <p>Art. 2º, §§ 3º e 6º, do RISTJ – Sessões: 2ª e 4ª quartas-feiras do mês</p> <p>PRIMEIRA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Benedito Gonçalves* Ingresso: 18/9/2008 Sérgio Kukina Ingresso: 7/2/2013 Regina Helena Costa Ingresso: 29/8/2014 Gurgel de Faria Ingresso: 1º/3/2016 Manoel de Oliveira Erhardt** Ingresso: 5/3/2021 <p>** Desemb. Convocado *Presidência: 5/5/2021 a 4/5/2023 Secretária: Bárbara A. S. Camunã</p> <p>SEGUNDA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Francisco Falcão Ingresso: 2/9/2016 Herman Benjamin Ingresso: 6/9/2006 Og Fernandes Ingresso: 31/8/2016 Mauro Campbell Marques* Ingresso: 17/6/2008 Assusete Magalhães Ingresso: 19/2/2014 <p>*Presidência: 12/11/2021 a 11/11/2023 Secretária: Valéria R. Soares</p> <p>Art. 2º, §§ 3º, 4º e 6º, do RISTJ – Sessões: terças-feiras e 1ª e 3ª quintas-feiras do mês</p>	<ol style="list-style-type: none"> Nancy Andrighi Luis Felipe Salomão Raul Araújo Paulo de Tarso Sanseverino Isabel Gallotti Sérgio Kukina* Assusete Magalhães Regina Helena Costa Marco Aurélio Bellizze Moura Ribeiro <p>*Presidência: 27/8/2021 a 26/8/2023 Secretária: Ana Elisa de A. Kirjner</p> <p>QUINTA TURMA Suplente (Agdo. posse)</p> <ol style="list-style-type: none"> Nancy Andrighi Ingresso: 25/8/2016 Paulo de Tarso Sanseverino* Ingresso: 11/8/2010 Villas Bôas Cueva Ingresso: 14/6/2011 Marco Aurélio Bellizze Ingresso: 29/8/2014 Moura Ribeiro Ingresso: 29/8/2014 <p>*Presidência: 31/8/2020 a 30/8/2022 Secretária: Maria Auxiliadora Rocha</p> <p>QUARTA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Luis Felipe Salomão* Ingresso: 18/6/2008 Raul Araújo Ingresso: 26/9/2018 Isabel Gallotti Ingresso: 11/8/2010 Antonio Carlos Ferreira Ingresso: 14/6/2011 Marco Buzzi Ingresso: 6/9/2011 <p>*Presidência: 10/8/2021 a 9/8/2023 Secretária: Teresa Helena Basevi</p>	<ol style="list-style-type: none"> Felix Fischer Laurita Vaz João Otávio de Noronha Sebastião Reis Júnior Rogério Schiatti Cruz Reynaldo Soares da Fonseca* Ribeiro Dantas Antonio Saldanha Palheiro Joel Ilan Paciornik Olindo Herculano de Menezes** Jesuino Aparecido Rissato** <p>*Presidência: 11/3/2021 a 10/3/2023 Secretário: Gilberto Ferreira Costa</p> <p>SEXTA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Laurita Vaz* Ingresso: 30/8/2018 Sebastião Reis Júnior Ingresso: 14/6/2011 Rogério Schiatti Cruz Ingresso: 29/8/2013 Antonio Saldanha Palheiro Ingresso: 7/4/2016 Olindo Herculano de Menezes** Ingresso: 7/4/2021 <p>**Desembargadores convocados *Presidência: 3/10/2021 a 2/10/2023 Secretário: Eliseu Augusto Santana</p>	<p>Humberto Martins Jorge Mussi Corregedor-Geral Marco Buzzi Vice-Corregedor(2020/2022) Marco Aurélio Bellizze Efetivo (2021/2023) Assusete Magalhães Efetivo (Agdo. Posse) Sérgio Kukina Suplente (2020/2022) Moura Ribeiro Suplente (2021/2023) Regina Helena Costa Suplente (Agdo. posse) Art. 7º do RISTJ</p> <p>ENFAM</p> <p>Og Fernandes Diretor-Geral Biênio 2020/2022 Benedito Gonçalves Vice-Diretor Biênio 2021/2023 Jorge Mussi Diretor do CEJ/CJF Raul Araújo Filho Biênio 2020/2022 Paulo de Tarso Sanseverino Biênio 2021/2023</p> <p>Art. 10 do RIFENAM</p> <p>TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL</p> <p>Mauro Campbell Marques Corregedor-Geral Efetivo (2020/2022) Benedito Gonçalves Efetivo (2021/2023) Raul Araújo Substituto (2020/2022) Paulo de Tarso Sanseverino Substituto (2021/2023) Art. 10 III, do RISTJ</p>
COMISSÕES PERMANENTES – Arts. 40 e 41 do RISTJ					
<p>REGIMENTO INTERNO</p> <p>Mauro Campbell Marques (Presidente) Isabel Gallotti Sérgio Kukina Reynaldo Soares da Fonseca Moura Ribeiro Antonio Saldanha Palheiro</p>	<p>JURISPRUDÊNCIA</p> <p>Felix Fischer (Presidente) Benedito Gonçalves Villas Bôas Cueva Sebastião Reis Júnior Marco Aurélio Bellizze Gurgel de Faria</p>	<p>DOCUMENTAÇÃO</p> <p>Og Fernandes (Presidente) Antonio Carlos Ferreira Antonio Saldanha Palheiro Joel Ilan Paciornik (Suplente)</p>	<p>COORDENAÇÃO</p> <p>Marco Buzzi (Presidente) Regina Helena Costa Gurgel de Faria Ribeiro Dantas (Suplente)</p>	<p>GESTORA DE PRECEDENTES</p> <p>Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente) Assusete Magalhães Rogério Schiatti Cruz Moura Ribeiro (Suplente)</p>	



Secretaria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Governança de Dados e Informações Estatísticas
Seção de Padronização de Informações Estatísticas

RELATÓRIO ESTATÍSTICO

Brasília
2021



Sumário

1. Composição do Superior Tribunal de Justiça.....	2
2. Introdução.....	6
3. Relatório sucinto – Atividades Jurisdicionais do STJ 02/01/2021 a 31/12/2021	7
4. Movimentação processual por ministros	8
5. Processos recebidos	9
6. Processos distribuídos e registrados	12
7. Processos registrados – ministro presidente	13
8. Processos distribuídos e registrados por órgãos julgadores	14
9. Processos distribuídos e registrados por classes de feitos	15
10. Processos julgados	16
11. Processos julgados por órgão julgante	19
12. Processos julgados por classes de feitos	20
13. Decisões e despachos proferidos pelos ministros presidente e vice-presidente	21
14. Gráfico de processos distribuídos e julgados nas seções e respectivas turmas	22
15. Gráfico de processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados	23
16. Julgados por teor	24
17. Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2021	25
18. Gráfico de distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento entre 01/01/2008 a 31/12/2021	26
19. Recursos repetitivos	27
20. Recursos internos protocolizados	28
21. Recursos internos protocolizados por relator	29
22. Processos baixados	30
23. Acervo processual	32
24. Gráfico – acervo por relator e órgão julgador.....	34

25. Gráfico – acervo por assunto e ramo de direito	35
26. Metas CNJ	36
27. Metas nacionais do poder judiciário – Metas 1 e 2	37
28. Metas nacionais do poder judiciário – Metas 4, 6 e 7	38
29. Glossário.....	39

1. Introdução

Em conformidade com o Regimento Interno nos seus artigos 21, inciso XXIX, e 117, o presente Relatório Estatístico, publicado anualmente, divulga os dados quantitativos sobre o trâmite processual e a atividade judicante no STJ. O relatório estatístico visa proporcionar ao leitor uma compreensão geral das principais informações estatísticas do Tribunal e de sua evolução histórica.

O relatório está assim estruturado:

1. Movimentação processual, são apresentadas tabelas com os resumos das principais estatísticas do tribunal e detalhamento por ministro;

2. Processos recebidos, em que é detalhado principais estatísticas relacionadas ao recebimento de processos tais como origem, classe, assunto e demandantes;

3. Processos distribuídos e registrados, no qual é analisada os dados referentes à distribuição dos processos aos ministros do tribunal;

4. Processos julgados, em que é analisada o julgamento dos processos, detalhando por classe, assunto, teor, ministros, turmas, seções, órgãos julgadores e recursos repetitivos;

5. Recursos protocolados, em que é abordado os recursos interpostos às decisões do tribunal;

6. Processos baixados, traz uma análise dos processos baixados, como tempo até a primeira baixa, classe, assunto, entre outros;

7. Processos tramitando, traz um panorama do acervo do tribunal;

8. Metas nacionais, é mostrado o cumprimento das metas nacionais do CNJ.

Atividades Jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça

Período: 02/01/2021 a 31/12/2021

Movimentação Processual

Processos Recebidos	408.770
Processos Distribuídos (A)	242.235
Processos Registrados - Competência Exclusiva da Presidência (B)	2.583
Processos Registrados à Presidência por triagem no processamento inicial (1)(C)	167.772
Total de Processos Distribuídos e Registrados (A+B+C)	412.590
Processos Julgados em Sessão	107.856
Processos Decididos Monocraticamente	452.549
Total Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl)	560.405
Total Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl)	427.906
Acórdãos Publicados	107.167
Processos Baixados	397.902
Processos com Vista ao MPF em 31/12/2021	8.142
Processos Tramitando em 31/12/2021	268.314

Médias

Média dos Processos Distribuídos e Registrados por cargos de Magistrados	12.503
Média de Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl) por cargos de Magistrados	16.982
Média de Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl) por cargos de Magistrados	12.967

Decisões e Despachos do Ministro Presidente e Vice-Presidente

Ministro Presidente (exceto RE e RO)	215.885
Ministro Vice-Presidente (exceto RE e RO)	10.243
Recursos Extraordinários e Ordinários	6.757

Recursos Repetitivos (Temas) (2) - Dados coletados até 31/12/2021

Recursos repetitivos	Temas Afetados		
	Julgados		Aguardando julgamento
	02/01/2021 a 31/12/2021	08/08/2008 a 31/12/2021	
Corte Especial	0	81	6
Primeira Seção	33	510	42
Segunda Seção	11	215	20
Terceira Seção	3	71	12
Total	47	877	80

Fontes: Gabinetes de Ministros, NARER, NUGEPNAC, SJD, SPF e STI (BI, Sistema Justiça).

Notas: Nos processos tramitando estão inclusos os com status "processamento de RE/RO" e " em execução".

Nos cargos de Magistrados estão computados os providos ou não.

(1) Processos recursais submetidos à triagem processual pela Secretaria Judiciária e NARER, conforme previsto na Emenda Regimental n. 24 de 28.09.2016. Não computados os decididos pelo Ministro Presidente que posteriormente foram redistribuídos, sem decisão, aos demais ministros. (2) Inclusos 7 IACS julgados e 5 aguardando julgamento.

Movimentação Processual - janeiro a dezembro de 2021

Relatores	Distribuição				Decisões							Vistas		Publicações		Processos Baixados / Arquivados
	Atribuídos (A)	Distribuídos (B)	Redistribuídos (C)	Total (A+B+C)	Processo Principal	Terminativas			Não Terminativas		Total	Pedido de Vista	Voto Vista	Acórdãos	Decisões monocráticas terminativas	
						Recursos Internos			Liminares	Interlocutórias						
						AqInt	AqRa	EDcl								
Ministro Presidente		170.355		170.355	169.061	284	86	6.868	10.341	5.730	192.370	1		245	176.153	127.250
Ministro Vice-Presidente		8.568		8.568	135	1.945	752	1.335	7	337	4.511			3.760	399	7.660
Felix Fischer (4)		6.592	631	7.223	5.938	54	1.306	271	2.945	89	10.603	16	5	1.558	6.115	6.244
Francisco Falcão	8	6.847	1.899	8.754	7.207	2.753	12	807	88	275	11.142	4	10	3.552	7.186	7.134
Nancy Andrighi	1	5.626	2.395	8.022	7.184	3.837	13	1.374	147	239	12.794	45	30	4.709	7.719	7.658
Laurita Vaz	2	11.142	967	12.111	12.097	135	2.212	488	2.078	94	17.104	12	7	2.769	11.929	12.029
João Otávio de Noronha	6	11.083	975	12.064	11.680	112	1.877	283	4.432	269	18.653	26	24	1.931	11.895	11.234
Humberto Martins (1)					2						2			1		8
Maria Thereza de Assis Moura (3)						1	1	1			3	1		4		5
Herman Benjamin		6.873	1.903	8.776	7.911	3.674	8	1.371	94	212	13.270	48	114	4.492	8.615	8.579
Jorge Mussi (2)		34	66	100	20			7	1	7	35	1	1	1	23	38
Og Fernandes	1	6.764	1.933	8.698	9.139	3.313	29	1.172	94	266	14.013	30	35	3.659	9.899	8.525
Luis Felipe Salomão		5.607	2.345	7.952	5.689	2.854	7	890	269	175	9.884	54	35	3.172	6.218	5.587
Mauro Campbell Marques		6.609	1.864	8.473	6.657	2.867	10	986	61	239	10.820	55	18	3.119	7.407	6.047
Benedito Gonçalves		6.637	1.728	8.365	8.566	4.018	20	1.648	14	1.517	15.783	30	22	4.577	9.564	8.645
Raul Araújo	2	5.732	2.305	8.039	6.592	3.365	10	1.099	156	224	11.446	44	48	4.072	6.977	6.634
Paulo de Tarso Sanseverino	79	5.787	2.199	8.065	5.992	3.740	10	1.176	85	308	11.311	24	13	4.428	6.467	7.532
Isabel Gallotti	41	5.658	2.219	7.918	5.523	3.179	51	1.176	132	56	10.117	32	30	3.248	6.689	6.117
Antonio Carlos Ferreira		5.667	2.238	7.905	6.524	3.691	11	1.116	127	574	12.043	22	15	3.976	7.344	6.734
Villas Bôas Cueva		5.799	2.173	7.972	6.044	3.450		1.300	251	351	11.396	35	22	3.695	7.090	6.838
Sebastião Reis Júnior		11.189	930	12.119	10.849	62	2.389	510	3.939	218	17.967	19	8	2.689	11.106	11.449
Marco Buzzi		5.847	2.096	7.943	6.944	3.810	28	1.380	231	273	12.666	27	66	4.111	7.907	7.789
Marco Aurélio Bellizze		5.767	2.198	7.965	5.552	3.756	10	1.274	308	92	10.992	9	8	3.681	6.921	6.780
Assusete Magalhães	3	6.766	1.848	8.617	7.376	2.896	21	974	74	112	11.453	32	13	3.387	7.843	7.620
Sérgio Kukina		6.446	1.904	8.350	9.327	3.433	5	1.057	64	134	14.020	5	2	3.508	10.334	8.606
Moura Ribeiro		5.718	2.215	7.933	5.921	3.115	1	1.045	96	361	10.539	36	27	3.135	6.929	6.840
Regina Helena Costa		6.768	1.891	8.659	9.439	3.944	3	1.276	49	247	14.958	23	22	4.269	10.463	8.091
Rogério Schietti Cruz		11.078	966	12.044	11.730	85	2.345	551	2.706	108	17.525	21	15	2.761	11.806	11.653
Gurgel de Faria	1	6.830	1.864	8.695	9.098	3.897	2	1.153	73	199	14.422	18	31	4.122	9.946	9.598
Reynaldo Soares da Fonseca	1	10.868	973	11.842	11.765	66	3.139	584	1.223	111	16.888	9	9	3.353	12.186	11.899
Ribeiro Dantas		11.022	942	11.964	12.626	109	3.099	868	3.486	152	20.340	14	12	3.777	12.893	12.564
Antonio Saldanha Palheiro	1	11.081	907	11.989	12.179	76	2.241	446	4.938	281	20.161	2		2.643	12.310	12.183
Joel Ilan Paciornik	1	11.133	905	12.039	11.558	47	2.657	501	4.998	299	20.060	44	15	3.236	11.485	11.571
Comissão Gestora de Precedentes (5)		845		845	8			5			13				13	11
Presidente da 1ª Seção		175		175	126	2		6	20	385	539				134	60
Presidente da 2ª Seção		27		27	22					26	48				22	16
Presidente da 3ª Seção		132		132	178	140		44	24	951	1.337			178	186	119
Manoel Erhardt (Des. Convocado) (6)	7.035	5.378	1.698	14.111	6.180	1.400	6	564	171	281	8.602	5	4	1.582	6.560	4.309
Olindo Menezes (Des. Convocado) (7)	1.520	8.065	888	10.473	7.294	61	1.375	237	3.116	38	12.121	8	2	1.681	7.147	6.558
Jesuino Rissato (Des. Convocado) (8)	3.221	4.386	413	8.020	5.429	31	1.725	341	2.476	72	10.074			2.059	5.323	5.167
Presidente da 4ª Turma					1						1					
Ministros aposentados		1.689	127	1.816	2.343	21	536	95	423	25	3.443		1	27	48	4.521
Total	11.923	412.590	50.605	475.118	427.906	70.223	25.997	36.279	49.737	15.327	625.469	752	664	107.167	449.251	397.902

Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (BI, Sistema Justiça).

(1) Ministro Presidente. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ. Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Ministra Corregedora Nacional de Justiça. (4) Ministro em licença médica no período de 01/8/2021 a 27/01/2022. (5) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino no NARER conforme Portaria STJ/GP Nº 98 de 22/3/2021. (6) Desembargador convocado do TRF5 a partir de 5/3/2021. (7) Desembargador Convocado do TRF1 a partir de 7/4/2021. (8) Desembargado convocado do TJDF a partir de 9/8/2021.

2. Processos recebidos

Em 2021, foram recebidos no STJ 408.770 processos novos originários e recursais, o que representou aumento de 18,73% (64.496) em comparação com 2020, atingindo novo recorde histórico, após queda de 10,52% (40.455) no ano anterior, superando significativamente a média de recebidos dos últimos seis anos (344.912) (figura 1).

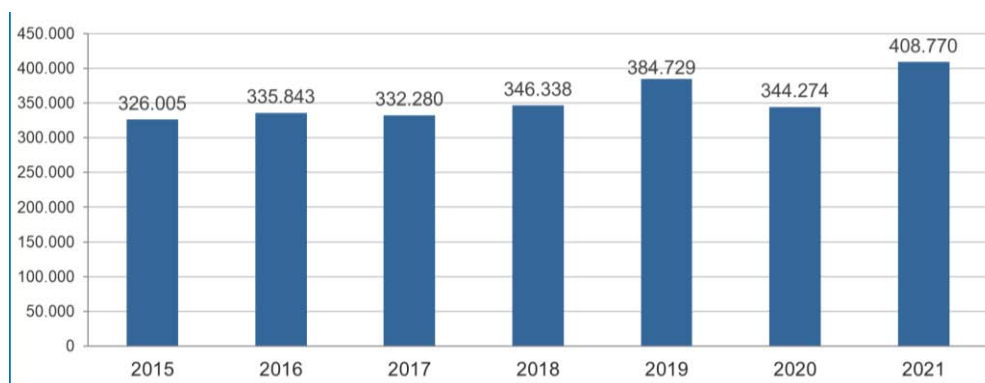


Figura 1. Série histórica dos processos recebidos pelo STJ.

Do total de recebidos, 244.732 (59,87%) foram oriundos dos tribunais de justiça, sendo 80.807 (19,77%) do TJSP, o tribunal de justiça com maior demanda, seguido pelo TJRJ 29.941 (7,32%) e pelo TRF4ª 25.021 (6,12%) (figura 2). Outros 96.683 (23,65%) são originários do próprio STJ; 66.602 (16,29%) são dos tribunais regionais federais e o restante da justiça especializada 754 (0,18%).

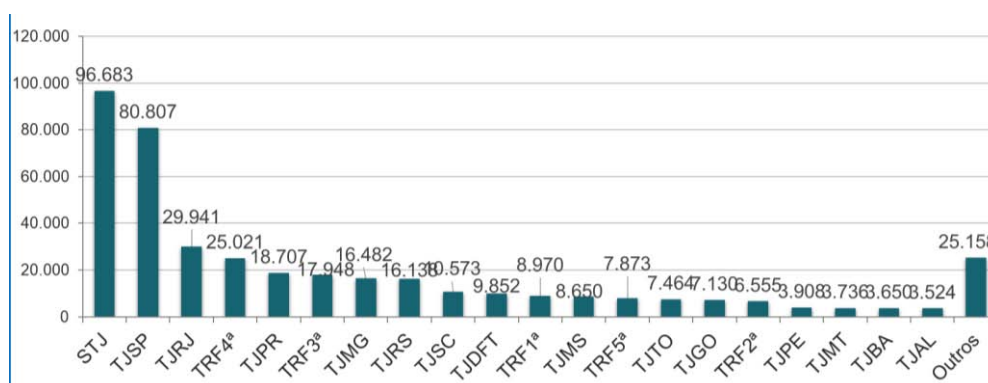


Figura 2. Processos recebidos por tribunais de origem em 2021.

A análise da série histórica da origem dos processos mostra aumento significativo de 26,89% (51.855) dos processos recebidos dos tribunais de justiça no ano após intensa queda de 20,19% (48.800) em 2020 que encerrou sequência de quatro anos de crescimento. Os processos originários do STJ se mantiveram estáveis em relação ao ano passado com redução de 4,16% (4.197) quebrando sequência de alta desde 2016, com média de crescimento de 16,12% ano, enquanto os processos oriundos dos tribunais de justiça federal tiveram forte alta de 32,41% (16.301), interrompendo sucessão de 5 anos de queda desde 2015, com redução média de 7,69% ao ano (figura 3).

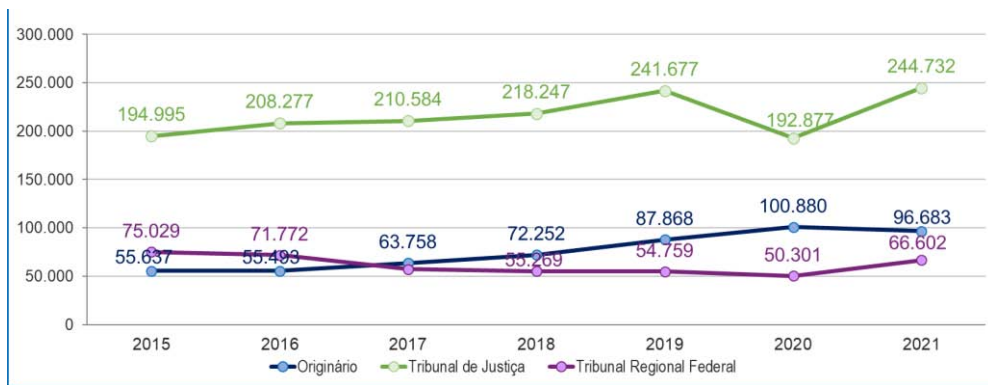


Figura 3. Série histórica dos processos recebidos pelo STJ por origem.

As principais classes de feito recebidas pelo STJ foram o AREsp (recurso que se interpõe contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido) 233.120 (57,03%), seguida pelo Habeas Corpus 77.996 (19,08%) e pelo REsp (recurso cabível das causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios) 57.930 (14,17%) (figura 4a). O AREsp teve amplo aumento de 38,59% (64.908) no ano, se recuperando de forte queda de 23,73% (52.331) ocorrida em 2020. O Habeas Corpus interrompeu sequência de alta desde 2015 com leve redução de 4,81% (3.943), enquanto o REsp teve acréscimo de 6,65% (3.611) em 2021 após queda de 6,51% (3.784) no ano anterior (figura 4b).

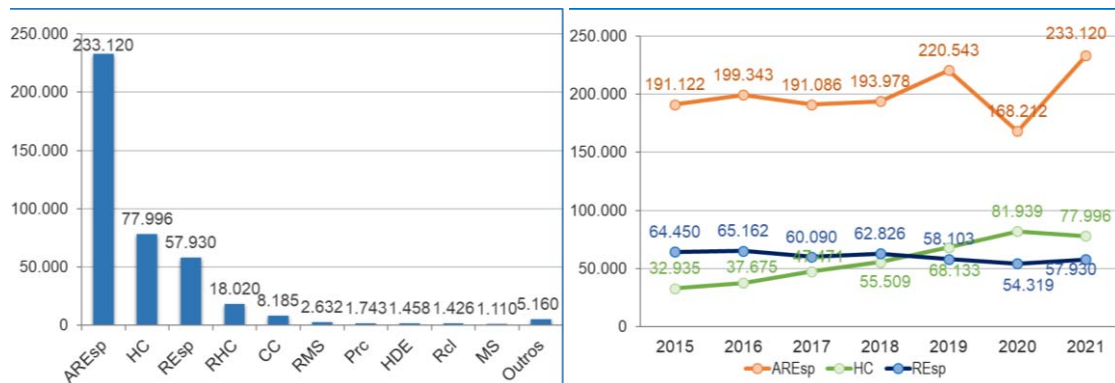


Figura 4(a). À esquerda processos recebidos por classe em 2021. Figura 4(b). À direita série histórica dos processos recebidos pelo STJ por principais classes.

O STJ recebe demanda de cidadãos e organizações do país inteiro e os principais demandantes nos últimos cinco anos foram, respectivamente, o Ministério Público do Estado de São Paulo (168.872), seguido pelo INSS (111.341) e pela Fazenda Nacional (74.109) (figura 5).

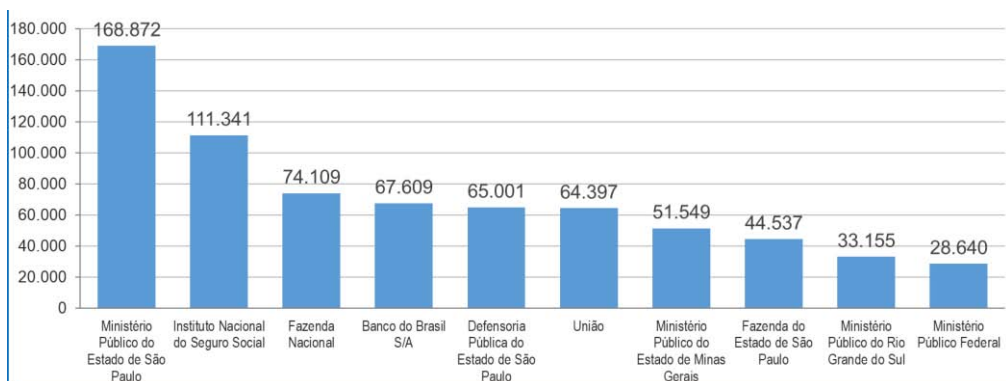


Figura 5. Principais demandantes entre 2017 e 2021.

Nos últimos cinco anos os principais assuntos recebidos pelo tribunal se concentraram principalmente no ramo de direito penal, sendo os três principais o tráfico de drogas e condutas afins (141.886), roubo majorado (55.149) e execução penal (46.092) (figura 6).

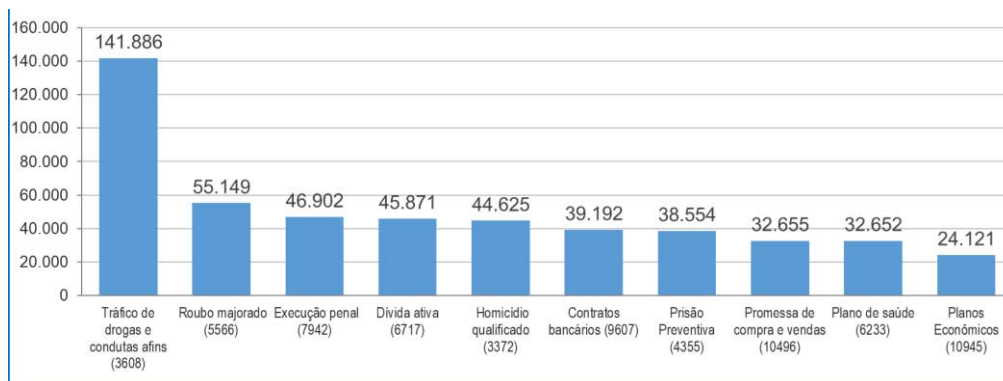


Figura 6. Principais assuntos recebidos entre 2017 e 2021.

Analisado a série histórica de recebidos de acordo com os principais ramos de direito, o ramo civil apresentou forte crescimento com ampliação de 35,62% (38.959), depois de queda acentuada de 23,03% (32.729) em 2020. O ramo penal exibiu relevante aumento com expansão de 6,01% (7.829), seguindo acelerada tendência de crescimento desde 2015 com crescimento médio anual de 11,20%. O administrativo teve incremento significativo de 14,62% (8.272) se recuperando de queda de 14,70% (9.755) em 2020, permanecendo próximo da média do período de 63.068. O previdenciário apresentou o segundo aumento mais expressivo com 34,32% (6.342) de expansão, e o segundo ano consecutivo de crescimento após três anos de queda entre 2016 e 2019, enquanto o ramo tributário apresentou aumento de 5,47% (1.466), após queda forte de 23,46% (8.216) que quebrou período de oscilação entre 2015 e 2019 (figura 7).

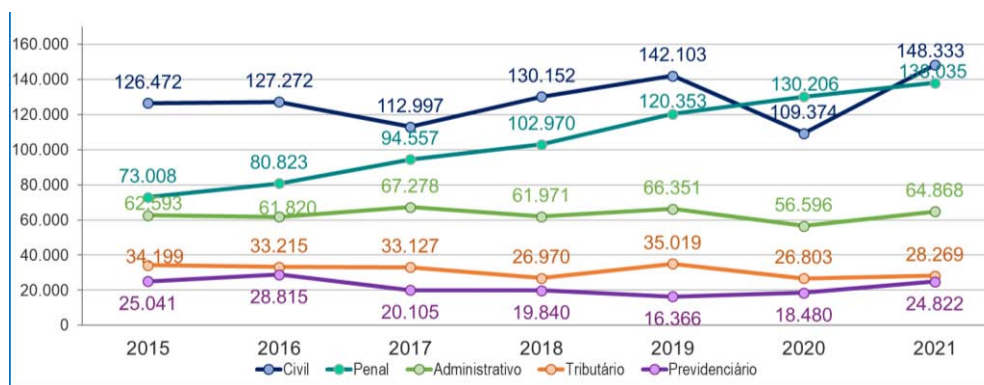


Figura 7. Série histórica dos processos recebidos por principais ramos de direito.

3. Processos distribuídos e registrados

Em 2021 foram distribuídos e registrados no STJ 412.589 processos, o que corresponde a 12.503 processos distribuídos por ministro¹ em média. Desses processos, 56,35% (232.487) foram distribuídos aos ministros e 43,65% (180.102) foram registrados à Presidência do STJ e às Presidências dos órgãos julgadores do Tribunal. A série histórica dos processos distribuídos e registrados mostra aumento de 16,42% (58.192) em relação à 2020 após queda de 5,33% (19.968) no ano anterior (figura 8).

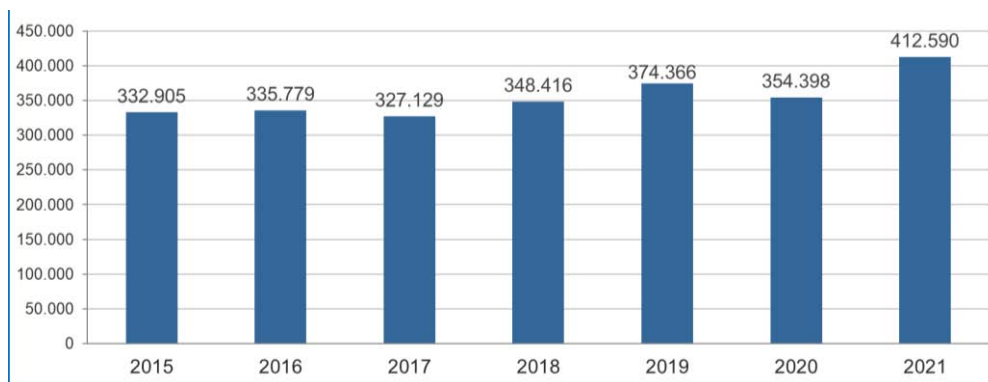


Figura 8. Série histórica dos processos distribuídos.

As principais classes de feito distribuídas foram o AREsp 227.348 (55,10%), seguido pelo HC 80.233 (19,45%), e pelo REsp 61.647 (14,94%). Foram distribuídos 120.517 (29,21%) processos aos órgãos julgadores da primeira seção, 139.764 (33,87%) processos aos órgãos julgadores da segunda seção, 137.335 (33,29%) processos aos órgãos julgadores da terceira seção, responsáveis por julgar feitos relativos ao Direito público, privado e penal respectivamente. Também foram distribuídos 3.859 (0,94%) processos ao Corte Especial e 11.115 (2,69%) processos não tiveram o seu órgão julgador informado (NI).

Os principais estados de origem da distribuição dos processos foram São Paulo 146.675 (34,54%), Rio Grande do Sul 41.542 (10,13%) e Rio de Janeiro 41.076 (10,01%). O gráfico abaixo (figura 9) resume a distribuição dos processos por UF de origem, e as tabelas seguintes resumem a distribuição de processos por ministros.

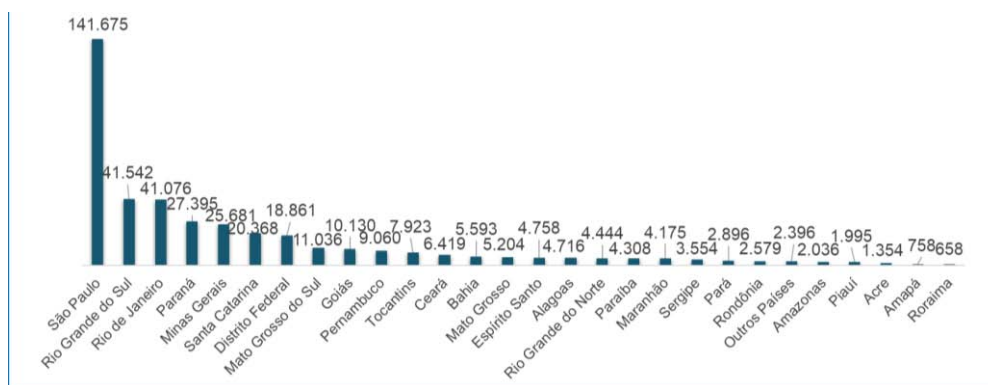


Figura 9. Processos distribuídos por UF em 2021.

¹ Considerados 33 ministros.

Processos registrados - 2021

Ministro Presidente

Classes de feitos Meses	Ag	APn	AR	AREsp	CC	CR	EAg	EAREsp	EREsp	Exe	Ex Susp	HC	HD	HDE	IF	IJ	MI	MS	Pet	Prc	PUIJL	Rcl	Re Co Ap	REsp	RHC	RMS	RO	RPV	RvCr	SEC	SLS	SS	TP	Total
Janeiro	7		3	4.723	22	113		56	32			550		75				27	12			22		250		37			3	9	1	8	5.950	
Fevereiro	23		8	9.341	48	51		40	16		2	468		113				26	15	31		45		344	1	26		125	3	7	2	6	10.741	
Março	15		10	24.004	14	103		97	62			586		106				73	4	68		31		44		28		98	8	14	9	3	25.377	
Abril	10		20	13.972	51	82		133	62		1	588		94				180	11	179		35		520	2	32		155	4	17	2	7	16.157	
Mai	8		5	14.335	52	51		126	46		1	535		114		1		56	13	274		27		330		42		113	6	18	10	8	16.171	
Junho	11	1	5	13.027	45	59		113	58			469		126				64	8	832		45		111	1	21		138	4	12	5	4	15.159	
Julho	8		10	14.277	26	52		88	27			558		148				25	11	205		39		250	1	54		13	2	14	7	8	15.823	
Agosto	15		13	11.810	13	70		57	30			547		153			1	31	9	23		20		119	1	27		78	1	9	3	4	13.034	
Setembro	11		3	6.533	29	81	1	109	47	1		432		119				30	15	1		41		275	4	39		25	1	1	9	6	3	7.816
Outubro	13		10	19.140	60	80		70	20			438		111			1	44	5	68		25			1	77		58	1	11	6	5	20.244	
Novembro	3		10	10.568	5	108		87	48		1	446		133			1	29	9	50		20		167	2	46		76	7	12	8	8	11.844	
Dezembro	8		19	10.281	21	89		91	91	1		824		134				29	8	12		28		338	1	9		19	2	18	9	7	12.039	
Total	132	1	116	152.011	386	939	1	1.067	539	2	5	6.441		1.426		1	3	614	120	1.743		378		2.748	14	438		898	42	1	150	68	71	170.355

Ministro Vice-Presidente

Classes de feitos Meses	Ag	APn	AR	AREsp	CC	CR	EAg	EAREsp	EREsp	Exe	Ex Susp	HC	HD	HDE	IF	IJ	MI	MS	Pet	Prc	PUIJL	Rcl	Re Co Ap	REsp	RHC	RMS	RO	RPV	RvCr	SEC	SLS	SS	TP	Total
Janeiro				102	8			14	6			80	2					5	1			3		32	13	13								279
Fevereiro	1		3	305	3			26	7	1		123		1	1			21	1		1	5		85	23	38					1	1		647
Março				306	5			34	14			248				1		15	1			3		96	34	51			1					809
Abril		1	2	407	12			33	19	6		216	1					13	3			6		95	19	36				1				870
Mai	2		3	387	4	1		35	12			279						11	3			1	6	89	23	25	2		1					884
Junho		1	3	412	14			28	19			259	1					10				1	3	103	23	30			1				2	910
Julho				96	18			11	5			77						4	1			1		25	13	11								262
Agosto	1		4	379	9			27	13	1	1	123						2				1	4	124	23	45				1		1		759
Setembro		1	5	462	45			49	20		1	162	2	1				13	1			1		103	27	46								939
Outubro			8	384	13			31	12	1		258						6	1			2		87	33	22			1		2			861
Novembro	3		7	400	18			25	15	7	2	210						9	1			2		98	25	35			1			1		859
Dezembro			2	210	26			25	9	1		114						5	1			1	3	57	17	18								489
Total	7	3	37	3.850	175	1		338	151	17	4	2.149	6	2	1	1	114	14			5	39		994	273	370	2		4	1	2	3	5	8.568

Fontes: Secretaria Judiciária e STI (BI).

Processos distribuídos e registrados - janeiro a dezembro de 2021

Por órgãos julgadores

Relatores	Distribuídos e Registrados											
	NI	Corte Especial	1ª Seção	2ª Seção	3ª Seção	1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma	4ª Turma	5ª Turma	6ª Turma	Total
Ministro Presidente	2.545	3.287	2.370	1.754	579	26.121	25.730	40.342	40.377	13.585	13.665	170.355
Vice-Presidente do STJ	8.568											8.568
Felix Fischer (4)		18			123					6.451		6.592
Francisco Falcão		54	562				6.231					6.847
Nancy Andrighi		41		339				5.246				5.626
Laurita Vaz		25			196						10.921	11.142
João Otávio de Noronha		35			191					10.857		11.083
Humberto Martins (1)												
Maria Thereza de Assis Moura (3)												
Herman Benjamin		74	610				6.189					6.873
Jorge Mussi (2)		34										34
Og Fernandes		48	566				6.150					6.764
Luis Felipe Salomão		36		424					5.147			5.607
Mauro Campbell Marques		37	565				6.007					6.609
Benedito Gonçalves		47	303			6.287						6.637
Raul Araújo		39		375					5.318			5.732
Paulo de Tarso Sanseverino		35		455				5.297				5.787
Isabel Gallotti		47		180					5.431			5.658
Antonio Carlos Ferreira				287					5.380			5.667
Villas Bôas Cueva				442				5.357				5.799
Sebastião Reis Júnior					211						10.978	11.189
Marco Buzzi				407					5.440			5.847
Marco Aurélio Bellizze				403				5.364				5.767
Assusete Magalhães			581				6.185					6.766
Sérgio Kukina			314			6.132						6.446
Moura Ribeiro				241				5.477				5.718
Regina Helena Costa			577			6.191						6.768
Rogério Schiatti Cruz					179						10.899	11.078
Gurgel de Faria			610			6.220						6.830
Reynaldo Soares da Fonseca					58					10.810		10.868
Ribeiro Dantas					181					10.841		11.022
Antonio Saldanha Palheiro					193						10.888	11.081
Joel Ilan Paciornik					189					10.944		11.133
Comissão Gestora de Precedentes (5)	2	2	456	252	119	2	5	1	1	2	3	845
Presidente da 1ª Seção			175									175
Presidente da 2ª Seção				27								27
Presidente da 3ª Seção					132							132
Manoel Erhardt (Desembargador Convocado) (6)			519			4.859						5.378
Olindo Menezes (Desembargador Convocado) (7)					139						7.926	8.065
Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado) (8)					86					4.300		4.386
Ministros aposentados					6						1.683	1.689
Total	11.115	3.859	8.208	5.586	2.582	55.812	56.497	67.084	67.094	67.790	66.963	412.590

Fontes: Secretaria Judiciária e STJ (BI).

Nos processos do Ministro Presidente no NARER/NUGEP estão computados também os feitos processados pela Coordenadoria de Processamento e Apoio a Julgamento da Corte Especial. Nos processos registrados ao Ministro Presidente, não estão incluídos os Ag/RE, Ag/RMS e Ag/RHC.

(1) Ministro Presidente. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ. Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Ministra Corregedora Nacional de Justiça. (4) Ministro em licença médica no período de 1/8/2021 a 27/01/2022. (5) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino no NARER conforme Portaria STJ/GP Nº 98 de 22/3/2021. (6) Desembargador convocado do TRF5 a partir de 5/3/2021. (7) Desembargador Convocado do TRF1 a partir de 7/4/2021. (8) Desembargado convocado do TJDFT a partir de 9/8/2021.

Processos distribuídos e registrados - janeiro a dezembro de 2021

Por classes de feitos

Relatores	Ag	Alien Bac	APn	AR	AREsp	CAT	Caul nom Crim	CC	Com	CR	EAg	EAREsp	Emb Ac	Emb Exe	EREsp	ET	Exe	Ex Imp	Ex Susp	HC	HD	HDE	IF	IJ	Inq	MI	MPU MP	MS	NC	PB AC	Pet	Prc	PUIL	Queb Sig	Rcl	Re Co Ap	REsp	RHC	RMS	RO	Rp	RPV	RvCr	SD	SEC	SIR DR	SLS	SS	TP	Total	
Ministro Presidente	132			116	152.031			386		939	1	1.067			539		2		5	6.442		1.426				3		614		120	1.743			378		2.729	13	438			898	42		1	150	68	71	170.355			
Ministro Vice-Presidente	7		3	37	3.850			175		1		338			151		17		4	2.149		6	2	1	1		114		14			5		39		994	273	370	2		4		1	2	3	5	8.568				
Felix Fischer (4)			1		491			101				4			5					4.248				2			7		6				1	11		573	1.112	21									6.592				
Francisco Falcão	1		2	7	2.896		1	419				19	1		12	5				13	1	1		1	2		34		14		68	1	25	10	3.114	1	190									9	6.847				
Nancy Andrighi			1	8	3.402			259				18			8	1			1	27		1				1	1	12	1	27		1	3	53	4	1.754	6	12				1				24	5.626				
Laurita Vaz			1	1	860			145				13			10					7.232		2					10		12			2	24	2	915	1.880	21				9	1			2	11.142					
João Otávio de Noronha			1	1	884			148				15			8					7.068		3		1			8	1	6				28		922	1.951	27				9	1			1	11.083					
Humberto Martins (1)																																																			
Maria Thereza de Assis Moura (3)																																																			
Herman Benjamin		1	18	11	2.834			434				19			19					13	2	2		3		1	33		17			87		31	14	3.131		187									16	6.873			
Jorge Mussi (2)		1	3					3				10			11							1				1	3		1																					34	
Og Fernandes	1		3	10	2.875			421				16			17	1				9							42		21			63		27	3	3.045	2	192				1				15	6.764				
Luis Felipe Salomão				7	3.309			333				18	1		19	1				23		4					17		31		1	1	53	3	1.733	5	11									37	5.607				
Mauro Campbell Marques			3	10	2.810			409				20	1		14					17	1	2		2			37		15		62	31	2	2.979	1	184	1									8	6.609				
Benedito Gonçalves			1	8	2.891			231	1			12			13					11	2	3				1	14		21		34	1	18	1	3.173	1	189										11	6.637			
Raul Araújo			1	13	3.406			288				14			20				2	26		2				1	15		29		2		48		1.817	4	12				1	1				30	5.732				
Paulo de Tarso Sanseverino				8	3.416			371				17			10					13		5		1			20		19				50		1.803	5	16		1							32	5.787				
Isabel Gallotti			6	1	3.532			135				8			10					14				2	2	1		10	1	27			4	36	2	1.807	6	18				1					35	5.658			
Antonio Carlos Ferreira				3	3.439			213				6			15					25							7		22				42		1.839	6	16	1								33	5.667				
Villas Bôas Cueva				4	3.418			347				15			13					19							7		19			2	54		1.840	3	22										36	5.799			
Sebastião Reis Júnior					815			152				3			1			1		7.422							14		7			31		907	1.793	33					8					2	11.189				
Marco Buzzi			4		3.520			316				11			12					24							7		24			1	56		1.825	10	16									21	5.847				
Marco Aurélio Bellizze			3		3.501			315				9			8					23							7		25		2	58		1.766	3	12										35	5.767				
Assusete Magalhães				5	2.853			422				1			8			1	14	1							36		12		76		26	3.096	1	196	1									17	6.766				
Sérgio Kukina				3	2.870			226				5			7			1	12								24		14		33		13	3.027		198										13	6.446				
Moura Ribeiro			2		3.537			174				2			8					20							5		27		2	48		1.849	3	17										24	5.718				
Regina Helena Costa			13		2.857	1		408				5			8			1	15	3							28		15		77		25	3.107	1	198										6	6.768				
Rogério Schietti Cruz					843			128				3								7.345							6		9			35		941	1.735	24										7	11.078				
Gurgel de Faria	1			17	2.971			440				2			9				1	13	2						30		15		73		31	3.037	2	173										13	6.830				
Reynaldo Soares da Fonseca					803			20												7.207	1						5		12				27		876	1.881	30									5	10.868				
Ribeiro Dantas					841			144				2			1					7.299							7		10			13		919	1.742	27										4	11.022				
Antonio Saldanha Palheiro					908			137				3			1					7.189							13		8		1	26		934	1.819	29										11	11.081				
Joel Ilan Paciornik					910			155				1								7.276							10		9			14		940	1.785	24										8	11.133				
Comissão Gestora de Precedentes (5)					246															1												1	591												6	845					
Presidente da 1ª Seção				1																																												2	175		
Presidente da 2ª Seção				9																																														27	
Presidente da 3ª Seção																																																		132	
Manoel Erhardt (Desembargador Convocado) (6)				7	2.325			330				5			12					12	1							19		15		57		85		2.347	1	158									4	5.378			
Olindo Menezes (Desembargador Convocado) (7)					660			114				3		</																																					

4. Processos Julgados

Em 2021, foram proferidas no STJ 560.405, considerando as 132.499 (23,64%) decisões proferidas em recursos internos entre Agravos Regimentais (AgRg), Agravos Internos (AgInt) e Embargos de Declaração (EDcl), o que representou aumento de 11,26% (57.706), retomando valores anteriores à queda de 7,30% (39.682) ocorrida em 2020. Esse aumento se deve principalmente em relação aos julgamentos em processo principal que apresentaram aumento de 14,49% (54.165) em relação à 2020 após queda de 11,86% (50.297) no ano anterior, enquanto os julgamentos em recursos internos se mantiveram relativamente estáveis com leve acréscimo de 1,96% (2.541) em relação à 2020 e seguindo tendência de crescimento desde 2016 com média de crescimento de 4,34% ao ano (figura 10). Do total de julgados, 107.856 (19,25%) foram decididos em sessão e 452.549 (80,75%) monocraticamente.

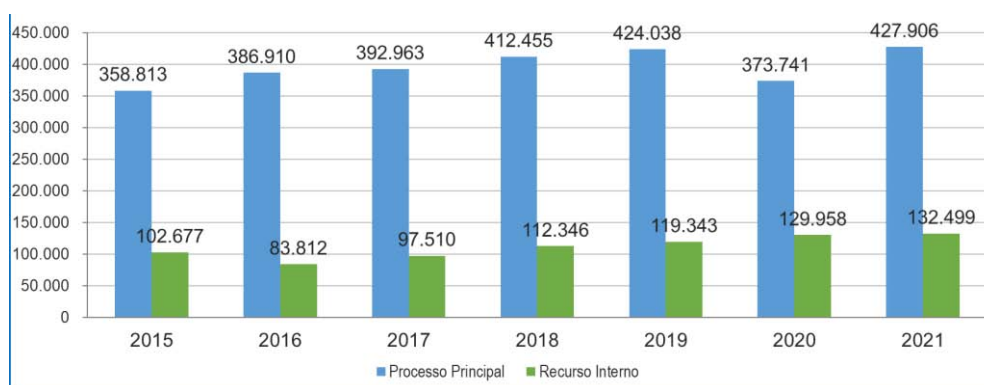


Figura 10. Série histórica das decisões terminativas no Tribunal e decisões em recursos internos (AgInt, AgRg e EDcl) entre 2015 e 2021.

O número de julgados em processos principais (427.906) superou o total de distribuídos e registrados (412.590) em 3,71% ou 15.316 decisões (figura 11a). As principais classes de feito julgadas foram o AREsp 223.335 (54,13%), seguido pelo HC 84.678 (20,52%), e pelo REsp 72.311 (17,53%) (figura 11b).

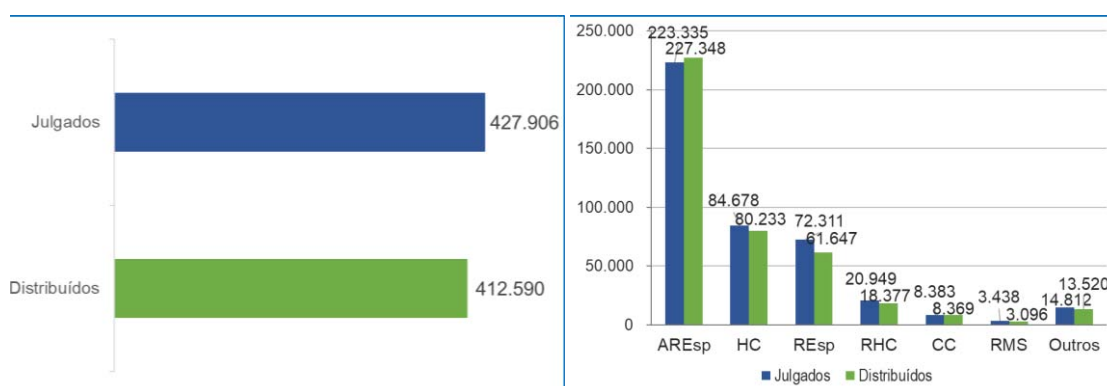


Figura 11(a). À esquerda decisões terminativas e distribuídos em 2021. Figura 11(b). À direita. Decisões terminativas e distribuídos por classe em 2020.

A série histórica das principais classes de decisões terminativas mostra recuperação de 22,71% (41.326) do julgamento dos AREsp em 2021, após forte queda de 42.129 (18,80%) em 2020, retornando à valores próximos da média do período de 2015 à 2019 (217.285). As decisões em HC tiveram crescimento de 6,84% (5.423), mantendo sequência de alta desde 2015, com média de crescimento de 17,29% ao ano. O julgamento dos REsp se manteve próximo da estabilidade com leve crescimento de 0,56% (406) após forte queda de 18,24% (16.044) em 2020 (figura 12).

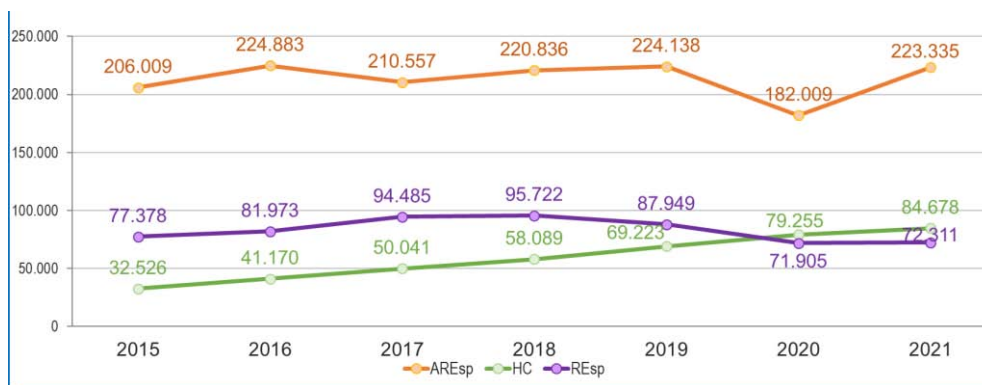


Figura 12. Série histórica dos julgados por principais classes processuais.

Analisando a série histórica dos julgados em processos principais de acordo com os principais ramos de direito, o ramo civil apresentou relevante crescimento com ampliação de 15,38% (19.809), depois de queda acentuada de 18,15% (28.560) em 2020, mantendo próximo da média do período de 144.545. O ramo penal também apresentou aumento similar com expansão de 15,80% (19.848), seguindo acelerada tendência de crescimento desde 2015 com crescimento médio anual de 11,34%. O administrativo teve incremento significativo de 15,69% (9.702) após queda de 20,68% (16.123) em 2020, permanecendo próximo da média do período de 72.882. O previdenciário apresentou o aumento mais expressivo com 35,51% (6.693) de expansão, e o primeiro ano de aumento após quatro anos consecutivos de queda entre 2016 e 2020, enquanto o ramo tributário se manteve estável com redução de 3,82% (1.316), após período de oscilação entre 2015 e 2020 (figura 13).

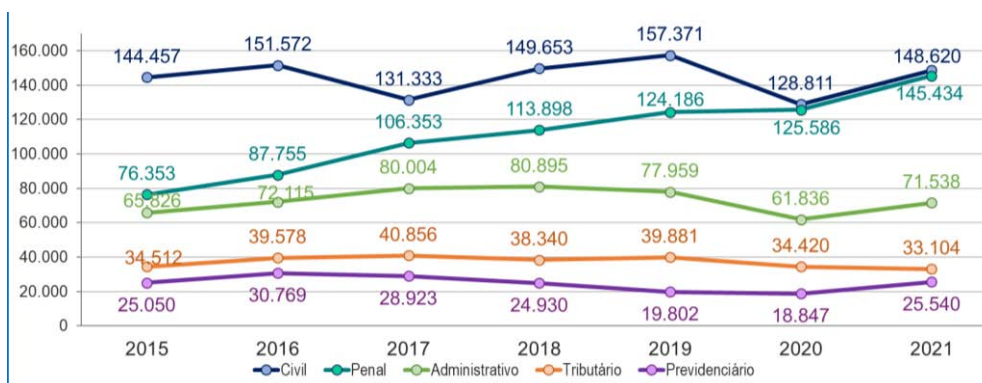


Figura 13. Série histórica das decisões terminativas por ramo de direito.

O STJ é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. As classes de feito enviadas ao STJ contestando decisões proferidas em instâncias inferiores são o REsp e o AREsp, que somados compõem 69,09% (295.646) das decisões julgadas em processos principais no ano. Portanto, ao analisar o teor dessas classes é possível verificar a proporção de julgamentos no país que estão seguindo a interpretação do Tribunal. Analisando os gráficos abaixo, 11,43% (33.784) dos REsp e AREsp julgados pelo STJ em 2021 foram concedidos, ou seja, 88,57% dos processos analisados pelo tribunal não tiveram a decisão do tribunal de origem alterada, indicando que a jurisprudência do STJ tem sido aplicada na maioria dos casos (figura 14a). No gráfico à direita, apenas 5,89% (5.670) dos recursos em AgInt e AgRg foram concedidos, ou seja, 5,89% dos recursos julgados pelo Tribunal no ano modificaram uma decisão prévia da corte (figura 14b).

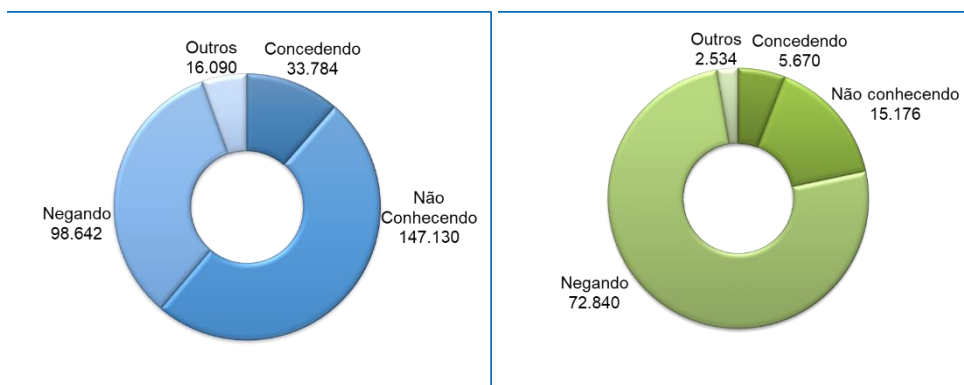


Figura 14(a). À esquerda teor das decisões em processos principais. Figura 14(b) À direita teor das decisões em recursos internos (AgRg, AgInt).

O tempo médio entre a distribuição de um processo e a sua primeira decisão terminativa (excluídas decisões em recursos internos) foi de 132,29 dias, redução de 19,40% (31,84 dias) em comparação com o ano passado e diminuição de 55,80% (167,01) em relação à 2016 quando o tempo médio passou a apresentar tendência de queda (figura 15).

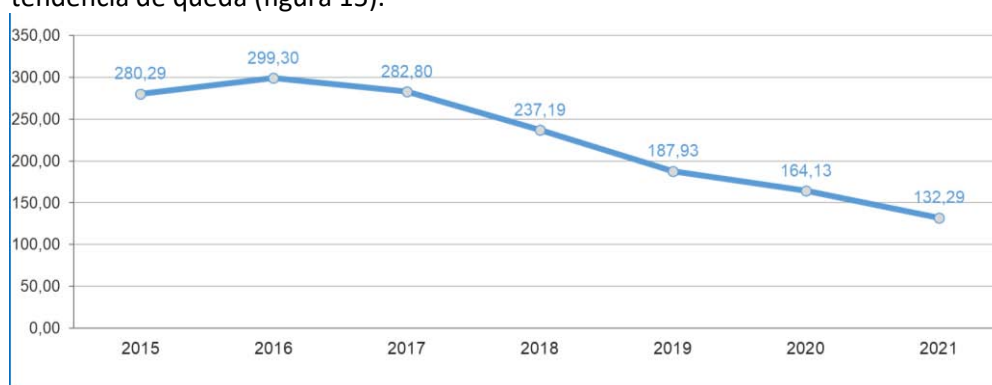


Figura 15. Série histórica do tempo médio da distribuição até a primeira decisão terminativa (excluído recursos em AgRg, EDcl e AgInt).

As tabelas e gráficos abaixo mostram em detalhe o julgamento dos processos por ministros, seções e turmas.

Decisões colegiadas e monocráticas terminativas - janeiro a dezembro de 2021
Por órgãos julgadores

Relatores	Decisões colegiadas											Decisões monocráticas (B)	Subtotal C=A+B	Liminares (D)	Decisões interlocutórias (E)	Total geral (C+D+E)
	Corte Especial	1ª Seção	2ª Seção	3ª Seção	1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma	4ª Turma	5ª Turma	6ª Turma	Total (A)					
Ministro Presidente	237										237	176.062	176.299	10.341	5.730	192.370
Ministro Vice-Presidente	3.667								63	29	3.759	408	4.167	7	337	4.511
Felix Fischer (4)	53			7					1.498		1.558	6.011	7.569	2.945	89	10.603
Francisco Falcão	111	247				3.211					3.569	7.210	10.779	88	275	11.142
Nancy Andrighi	102		124				4.481				4.707	7.701	12.408	147	239	12.794
Laurita Vaz	113			73						2.596	2.782	12.150	14.932	2.078	94	17.104
João Otávio de Noronha	19			42						1.875	1.936	12.016	13.952	4.432	269	18.653
Humberto Martins (1)						2					2		2			2
Maria Thereza de Assis Moura (3)	3										3		3			3
Herman Benjamin	76	245				4.154					4.475	8.489	12.964	94	212	13.270
Jorge Mussi (2)	1										1	26	27	1	7	35
Og Fernandes	107	208				3.430					3.745	9.908	13.653	94	266	14.013
Luis Felipe Salomão	64		105					2.988			3.157	6.283	9.440	269	175	9.884
Mauro Campbell Marques	43	227				2.852					3.122	7.398	10.520	61	239	10.820
Benedito Gonçalves	93	137			4.338						4.568	9.684	14.252	14	1.517	15.783
Raul Araújo	116		56					3.756			3.928	7.138	11.066	156	224	11.446
Paulo de Tarso Sanseverino	70		96				4.274				4.440	6.478	10.918	85	308	11.311
Isabel Gallotti	16		48					3.179			3.243	6.686	9.929	132	56	10.117
Antonio Carlos Ferreira			174					3.798			3.972	7.370	11.342	127	574	12.043
Villas Bôas Cueva			141					3.556			3.697	7.097	10.794	251	351	11.396
Sebastião Reis Júnior				65						2.623	2.688	11.122	13.810	3.939	218	17.967
Marco Buzzi			180					3.920			4.100	8.062	12.162	231	273	12.666
Marco Aurélio Bellizze			85					3.597			3.682	6.910	10.592	308	92	10.992
Assusete Magalhães		198				3.191					3.389	7.878	11.267	74	112	11.453
Sérgio Kukina		369			3.142						3.511	10.311	13.822	64	134	14.020
Moura Ribeiro			149					2.993			3.142	6.940	10.082	96	361	10.539
Regina Helena Costa		300			3.973						4.273	10.389	14.662	49	247	14.958
Rogério Schietti Cruz				53						2.709	2.762	11.949	14.711	2.706	108	17.525
Gurgel de Faria		311			3.883						4.194	9.956	14.150	73	199	14.422
Reynaldo Soares da Fonseca				25						3.329	3.354	12.200	15.554	1.223	111	16.888
Ribeiro Dantas				233						3.545	3.778	12.924	16.702	3.486	152	20.340
Antonio Saldanha Palheiro				74						2.573	2.647	12.295	14.942	4.938	281	20.161
Joel Ilan Paciornik				92						3.147	3.239	11.524	14.763	4.998	299	20.060
Comissão Gestora de Precedentes (5)												13	13			13
Presidente da 1ª Seção												134	134	20	385	539
Presidente da 2ª Seção												22	22		26	48
Presidente da 3ª Seção				178							178	184	362	24	951	1.337
Manoel Erhardt (Desembargador Convocado) (6)		113			1.469						1.582	6.568	8.150	171	281	8.602
Olindo Menezes (Desembargador Convocado) (7)				18	1					1.666	1.685	7.282	8.967	3.116	38	12.121
Jesuino Rissato (Des. Convocado) (8)				44						2.025	2.069	5.457	7.526	2.476	72	10.074
Presidente da 4ª Turma												1	1			1
Ministros aposentados	1	20		3	4					654	682	2.313	2.995	423	25	3.443
Total	4.892	2.375	1.158	907	16.810	16.840	18.901	17.641	15.482	12.850	107.856	452.549	560.405	49.737	15.327	625.469

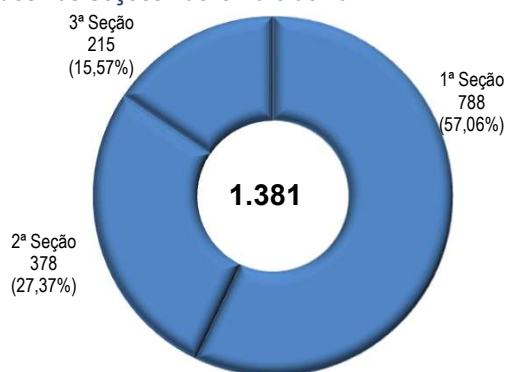
Fontes: Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; NARER e STI (BI).

Nota: Nos processos julgados estão incluídos 70.223 AgInt, 25.997 AgRg e 36.279 EDcl, totalizando 132.499 feitos no ano. Nos processos do ministro presidente estão incluídos os feitos de sua competência e as decisões decorrentes do disposto no art. 21, XIII, letra "c" do RISTJ.

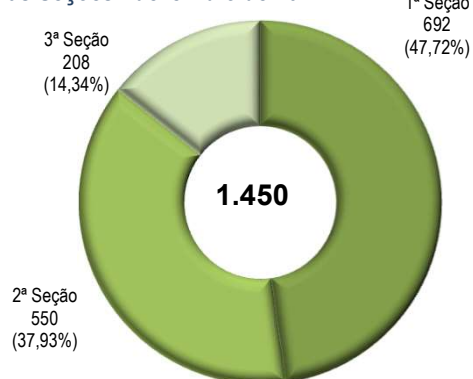
(1) Ministro Presidente. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ. Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal (3) Ministra Corregedora Nacional de Justiça. (4) Ministro em licença médica no período de 01/8/2021 a 27/01/2022. (5) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino no NARER conforme Portaria STJ/GP Nº 98 de 22/3/2021. (6) Desembargador convocado do TRF5 a partir de 5/3/2021. (7) Desembargador Convocado do TRF1 a partir de 7/4/2021. (8) Desembargador convocado do TJDF a partir de 9/8/2021.

Distribuição e julgamento nas seções

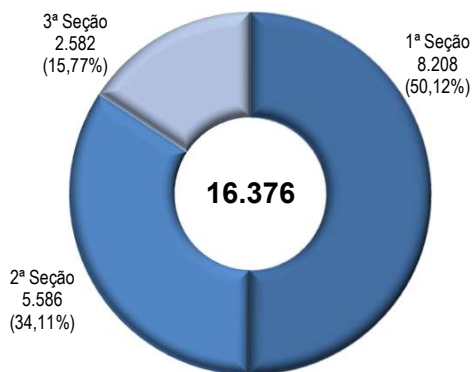
Distribuídos nas Seções - dezembro de 2021



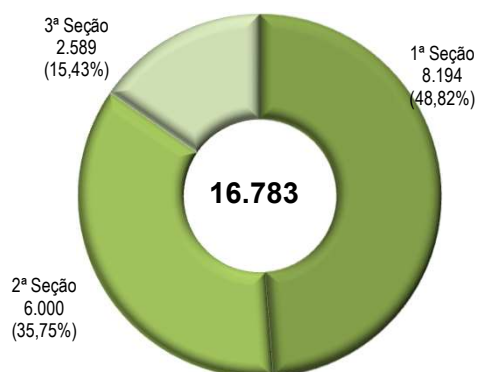
Julgados nas Seções - dezembro de 2021



Distribuídos nas Seções - janeiro a dezembro de 2021

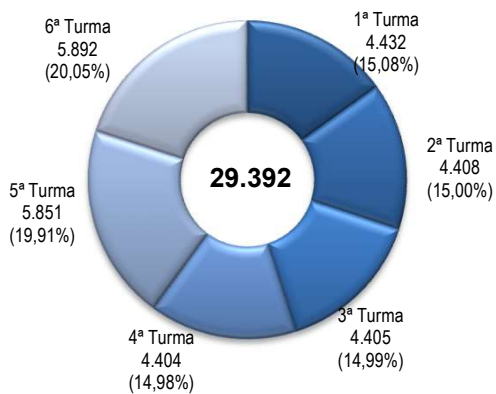


Julgados nas Seções - janeiro a dezembro de 2021

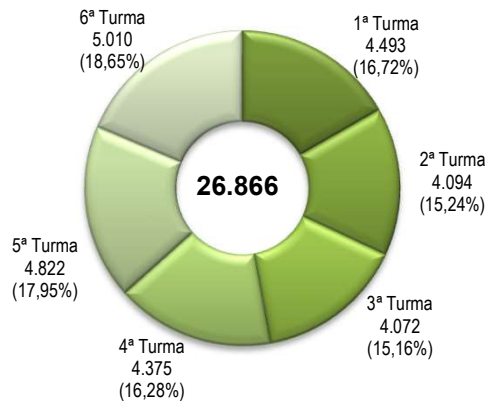


Distribuição e julgamento nas turmas

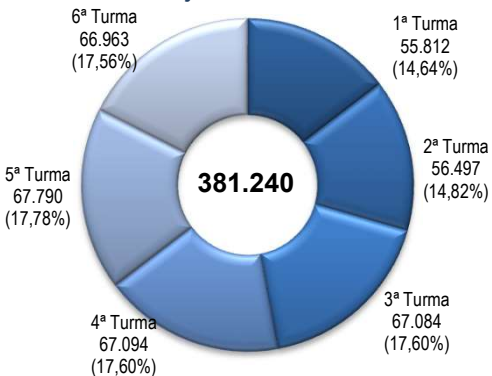
Distribuídos nas Turmas - dezembro de 2021



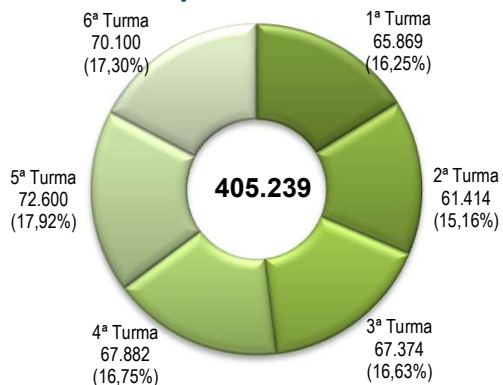
Julgados nas Turmas - dezembro de 2021



Distribuídos nas Turmas - janeiro a dezembro de 2021



Julgados nas Turmas - janeiro a dezembro de 2021



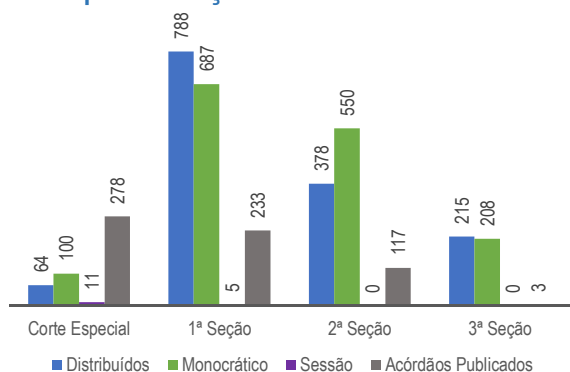
Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (BI, Sistema Justiça
 Nota: Nos processos julgados não estão incluídos:

No mês de dezembro: 4.236 Agravos Internos, 1.995 Agravos Regimentais e 2.054 Embargos de Declaração totalizando 8.285 feitos;

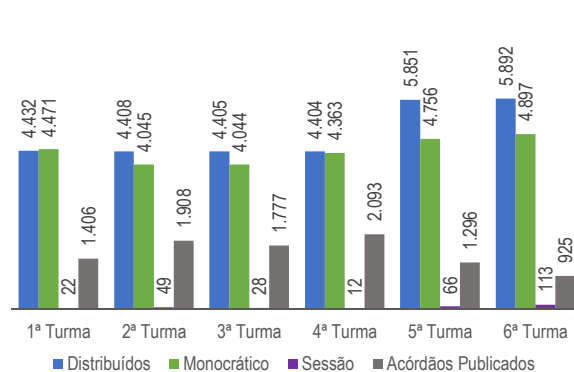
No período de janeiro a dezembro: 70.223 Agravos Internos, 25.997 Agravos Regimentais e 36.279 Embargos de Declaração totalizando 132.499 feitos.

Processos distribuídos, registrados, julgados e acórdãos publicados - 2021

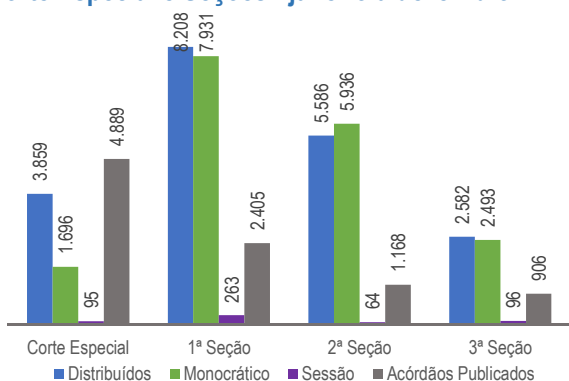
Corte Especial e Seções - dezembro de 2021



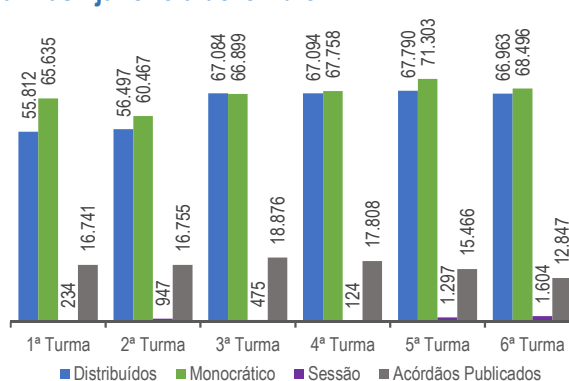
Turmas - dezembro de 2021



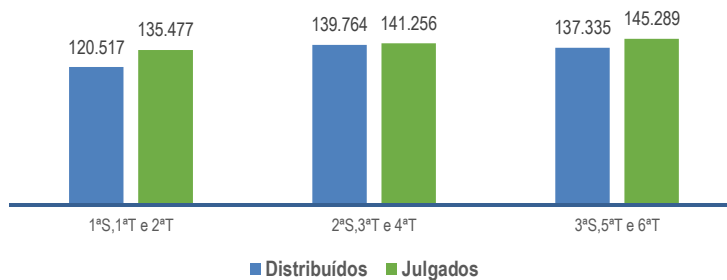
Corte Especial e Seções - janeiro a dezembro



Turmas - janeiro a dezembro



Processos distribuídos e julgados nas seções e respectivas turmas - janeiro a dezembro



Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (BI).

Notas: Nos processos da Corte Especial estão incluídos os processos distribuídos e decididos monocraticamente referentes a processos registrados de competência exclusiva da ministra presidente processados no âmbito do referido órgão julgador.

Nos processos julgados não estão incluídos 4.236 Agravos Internos, 1.995 Agravos Regimentais e 2.054 Embargos de Declaração, totalizando 8.285 feitos no mês e 70.223 Agravos Internos, 25.997 Agravos Regimentais e 36.279 Embargos de Declaração, totalizando 132.499 feitos no ano.

Nos dados acima estão computados os acordãos dos recursos internos (AgInt, AgRg e Edcl)

Teor das decisões
janeiro a dezembro de 2021

Classes de feitos Processo principal	Concedendo		Não concedendo		Negando		Outros		Total
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	
Agravo em Recurso Especial (AREsp)	9.342	4,2%	128.943	57,7%	76.751	34,4%	8.299	3,7%	223.335
Habeas Corpus (HC)	21.701	25,6%	21.769	25,7%	39.275	46,4%	1.933	2,3%	84.678
Recurso Especial (REsp)	24.442	33,8%	18.187	25,2%	21.891	30,3%	7.791	10,8%	72.311
Recurso em Habeas Corpus (RHC)	2.104	10,0%	1.909	9,1%	16.330	78,0%	606	2,9%	20.949
Conflito de Competência (CC)	58	0,7%	1.058	12,6%	166	2,0%	7.101	84,7%	8.383
Recurso em Mandado de Segurança (RMS)	349	10,2%	1.000	29,1%	1.855	54,0%	234	6,8%	3.438
Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial (EAREsp)	96	5,7%	103	6,1%	1.396	83,3%	80	4,8%	1.675
Precatório (Prc)	20	1,2%					1.632	98,8%	1.652
Reclamação (Rcl)	45	3,1%	409	27,9%	523	35,7%	489	33,4%	1.466
Mandado de Segurança (MS)	404	28,2%	24	1,7%	765	53,4%	239	16,7%	1.432
Homologação de Decisão Estrangeira (HDE)	1.268	89,9%	1	0,1%	12	0,9%	130	9,2%	1.411
Embargos de Divergência em Recurso Especial (EREsp)	221	16,2%	135	9,9%	924	67,6%	87	6,4%	1.367
Requisição de Pequeno Valor (RPV)	15	1,1%			1	0,1%	1.339	98,8%	1.355
Carta Rogatória (CR)	216	17,7%	3	0,2%	3	0,2%	998	81,8%	1.220
Petição (Pet)	38	6,1%	123	19,8%	232	37,3%	229	36,8%	622
Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL)	27	4,9%	316	56,8%	125	22,5%	88	15,8%	556
Pedido de Tutela Provisória (TP)	51	9,8%	55	10,6%	185	35,5%	230	44,1%	521
Ação Rescisória (AR)	21	6,4%	9	2,7%	185	56,2%	114	34,7%	329
Execuções (Exe)	4	1,4%	1	0,3%			287	98,3%	292
Agravo de Instrumento (Ag)	18	10,0%	136	75,6%	10	5,6%	16	8,9%	180
Suspensão de Liminar e de Sentença (SLS)	70	40,2%	27	15,5%	5	2,9%	72	41,4%	174
Embargos de Execuções (EmbExe)	8	7,3%			5	4,5%	97	88,2%	110
Revisão Criminal (RvCr)	3	2,9%	28	26,7%	64	61,0%	10	9,5%	105
Suspensão de Segurança (SS)	37	38,5%	10	10,4%	6	6,3%	43	44,8%	96
Ação Penal (APn)	19	34,5%			16	29,1%	20	36,4%	55
Medida Cautelar (MC)	2	7,7%			22	84,6%	2	7,7%	26
Habeas Data (HD)	2	9,1%			17	77,3%	3	13,6%	22
Restituição de Coisas Apreendidas (ReCoAp)	8	42,1%			4	21,1%	7	36,8%	19
Sentença Estrangeira (SE)	12	75,0%					4	25,0%	16
Sindicância (Sd)	1	6,7%			5	33,3%	9	60,0%	15
Inquérito (Inq)	4	28,6%			3	21,4%	7	50,0%	14
Mandado de Injunção (MI)					5	38,5%	8	61,5%	13
Exceção de Suspeição (ExSusp)					8	88,9%	1	11,1%	9
Ped. de Quebra de Sigilo de Dados(QuebSig)					4	50,0%	4	50,0%	8
Recurso Ordinário (RO)	2	25,0%	3	37,5%	3	37,5%			8
Interpelação Judicial (IJ)					1	16,7%	5	83,3%	6
Embargos do Acusado (EmbAc)	1	16,7%					5	83,3%	6
Embargos de Terceiros (ET)	3	60,0%			2	40,0%			5
Sentença Estrangeira Contestada (SEC)	3	75,0%			1	25,0%			4
Suspensão em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (SIRDR)	3	75,0%	1	25,0%					4
Pedido de Busca e Apreensão Criminal (PBAC)					2	66,7%	1	33,3%	3
Medidas investigatórias sobre organizações criminosas (MISOC)							2	100,0%	2
Embargos de Divergência em Agravo de Instrumento (Eag)	1	50,0%			1	50,0%			2
Incidente de Deslocamento de Competência (IDC)					1	50,0%	1	50,0%	2
Cautelar Inominada Criminal (CaulnomCrim)	1	50,0%			1	50,0%			2
Pedido de Prisão Preventiva (PePrPr)	1	50,0%					1	50,0%	2
Conflito de Atribuições (CAI)			1	100,0%					1
Exceção de Impedimento (ExImp)					1	100,0%			1
Intervenção Federal (IF)							1	100,0%	1
Notícia Crime (NC)							1	100,0%	1
Embargos Infringentes em AR (EAR)	1	100,0%							1
Alienação de Bens do Acusado (AlienBac)					1	100,0%			1
Total	60.622	14,2%	174.251	40,7%	160.807	37,6%	32.226	7,5%	427.906
Recursos internos									
Agravo Interno (AgInt)	4.021	5,7%	11.529	16,4%	52.252	74,4%	2.421	3,4%	70.223
Embargos de Declaração (EDcl)	4.653	12,8%	1.172	3,2%	30.164	83,1%	290	0,8%	36.279
Agravo Regimental (AgRg)	1.649	6,3%	3.647	14,0%	20.588	79,2%	113	0,4%	25.997
Total Geral	70.945	12,7%	190.599	34,0%	263.811	47,1%	35.050	6,3%	560.405

Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento

Período: 7/4/1989 a 31/12/2021

Processo Ano	Distribuídos (B)	Julgados					Pendentes		
		Processo principal (C)	AgInt (D)	AgRg (E)	EDcl (F)	Total de julgados (C+D+E+F)	Percentual em relação ao ano anterior	Valor absoluto (B-C)	(%) ((B-C) / B)
1989	6.103	3.550		90	71	3.711	...	2.553	41,83%
1990	14.087	10.829		507	406	11.742	216,41%	3.258	23,13%
1991	23.368	17.527		1.139	601	19.267	64,09%	5.841	25,00%
1992	33.872	28.673		1.926	829	31.428	63,12%	5.199	15,35%
1993	33.336	31.295		2.372	1.438	35.105	11,70%	2.041	6,12%
1994	38.670	39.034		2.378	1.620	43.032	22,58%	-364	-0,94%
1995	68.576	57.338		3.245	1.749	62.332	44,85%	11.238	16,39%
1996	77.032	71.122		4.263	2.244	77.629	24,54%	5.910	7,67%
1997	96.376	91.263		7.095	3.696	102.054	31,46%	5.113	5,31%
1998	92.107	85.694		10.591	5.182	101.467	-0,58%	6.413	6,96%
1999	118.977	116.024		7.441	4.577	128.042	26,19%	2.953	2,48%
2000	150.738	136.180		11.741	6.243	154.164	20,40%	14.558	9,66%
2001	184.478	179.364		13.952	5.297	198.613	28,83%	5.114	2,77%
2002	155.959	149.722		14.852	7.406	171.980	-13,41%	6.237	4,00%
2003	226.440	189.778		17.853	9.368	216.999	26,18%	36.662	16,19%
2004	215.411	203.041		27.164	11.104	241.309	11,20%	12.370	5,74%
2005	211.128	222.529		32.770	16.129	271.428	12,48%	-11.401	-5,40%
2006	251.020	222.245		26.346	13.752	262.343	-3,35%	28.775	11,46%
2007	313.364	277.810		35.864	16.583	330.257	25,89%	35.554	11,35%
2008	271.521	274.247		51.195	28.600	354.042	7,20%	-2.726	-1,00%
2009	292.103	254.955		48.437	25.326	328.718	-7,15%	37.148	12,72%
2010	228.981	248.625		55.904	25.754	330.283	0,48%	-19.644	-8,58%
2011	290.901	248.237		46.339	22.529	317.105	-3,99%	42.664	14,67%
2012	289.524	287.293		59.838	24.487	371.618	17,19%	2.231	0,77%
2013	309.677	274.465		56.483	23.895	354.843	-4,51%	35.212	11,37%
2014	314.316	306.491		59.915	23.646	390.052	9,92%	7.825	2,49%
2015	332.905	358.813		76.106	26.571	461.490	18,32%	-25.908	-7,78%
2016	335.779	386.910	26.282	34.551	22.979	470.722	2,00%	-51.131	-15,23%
2017	327.129	392.963	55.123	15.326	27.061	490.473	4,20%	-65.834	-20,12%
2018	348.416	412.455	62.752	16.724	32.870	524.801	7,00%	-64.039	-18,38%
2019	374.366	424.038	68.341	15.518	35.484	543.381	3,54%	-49.672	-13,27%
2020	354.398	373.741	71.788	19.635	38.535	503.699	-7,30%	-19.343	-5,46%
2021	412.590	427.906	70.223	25.997	36.279	560.405	11,26%	-15.316	-3,71%
Total	6.793.648	6.804.157	354.509	803.557	502.311	8.464.534	

Fontes: Secretaria Judiciária, Secretaria de Processamento de Feitos, Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Gabinetes de Ministros, NARER e STI (BI).

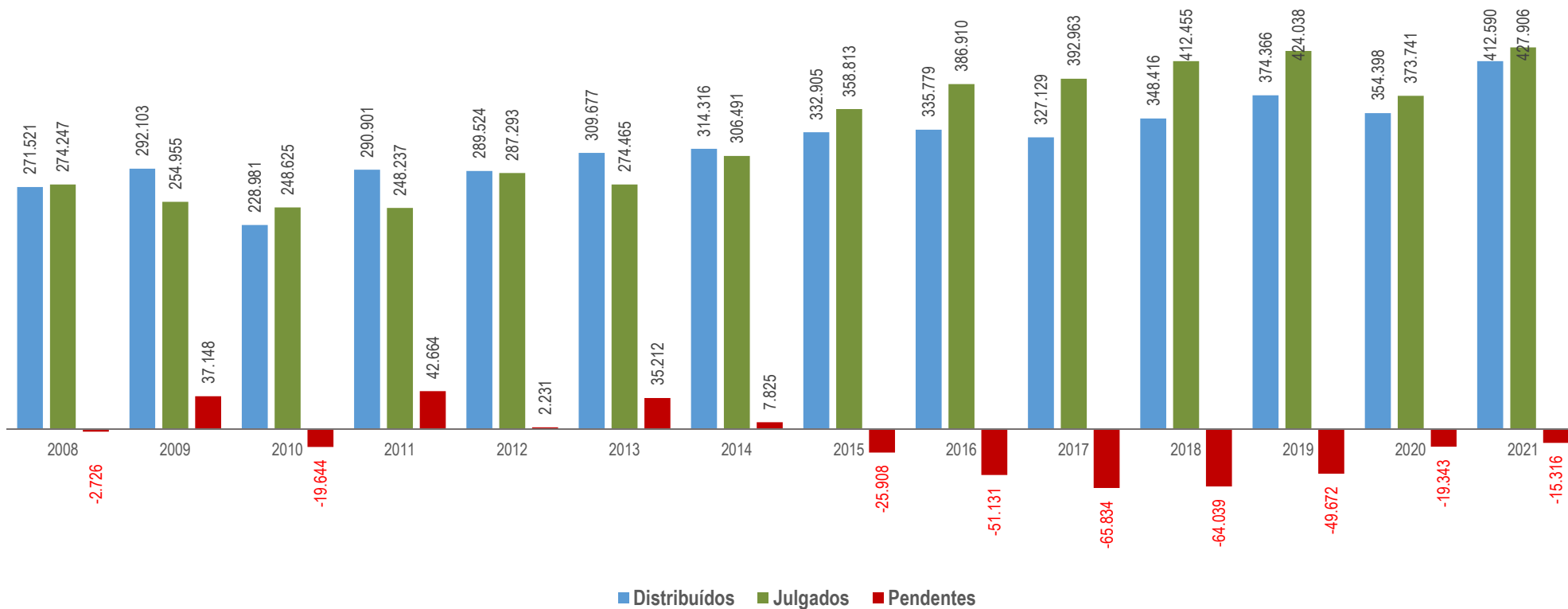
Notas: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

Os números negativos em 1994, 2005, 2008, 2010, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 são decorrentes de processos distribuídos em períodos anteriores e que foram julgados nos citados anos.

Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento

Período: 1/1/2008 a 31/12/2021



Fontes: Secretaria Judiciária; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Secretaria de Processamento de Feitos; NARER e STI (BI).

Nota: Os números negativos em 2008, 2010, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 são decorrentes de processos distribuídos em períodos anteriores e que foram julgados nos citados anos.

Nos processos julgados não estão incluídos no período: 354.509 Agravos Internos, 581.968 Agravos Regimentais e 394.016 Embargos de Declarações, totalizando, 1.330.493 feitos.

Recursos repetitivos - janeiro a dezembro de 2021 -

Temas	Temas repetitivos (CPC, Art. 1.037)				Controvérsias (CPC, Art. 1.036)		
	Afetados (aguardando julgamento)	Julgados	Acórdãos publicados	Revisados (7)	Aguardando manifestação	Canceladas	Afetadas ao repetitivo
Relatores							
Ministro Presidente							
Felix Fischer							
Francisco Falcão					7	6	
Nancy Andrighi						6	
Laurita Vaz		1	1		2	2	
João Otávio de Noronha	3				2	2	3
Humberto Martins (1)							
Maria Thereza de Assis Moura (3)							
Herman Benjamin	4	4	5	1	8	7	3
Jorge Mussi (2)						1	
Og Fernandes	7	2	2		7	2	5
Luis Felipe Salomão	2	1	2		3	4	1
Mauro Campbell Marques	1	6	7		6	3	1
Benedito Gonçalves	1	4	4		3	4	1
Raul Araújo	1	1	1		1	5	1
Paulo de Tarso Sanseverino	6	1	1		2	1	4
Isabel Gallotti					2	7	
Antonio Carlos Ferreira		1	2		3	2	
Villas Bôas Cueva	3	2	2		3	3	2
Sebastião Reis Júnior	2						2
Marco Buzzi	1	1	1		6	1	1
Marco Aurélio Bellizze	2	2	2		1	3	1
Assusete Magalhães	3	8	8		9	1	3
Sérgio Kukina	3	1	1		1	4	3
Moura Ribeiro		1	1			3	
Regina Helena Costa	1	1	1		2	5	1
Rogério Schietti Cruz	3	2	2	1	2	3	1
Gurgel de Faria	5	4	4		3	3	4
Reynaldo Soares da Fonseca	1				1		1
Ribeiro Dantas	2					1	2
Antonio Saldanha Palheiro					3		
Joel Ilan Paciornik	1					2	1
Manoel Erhardt (Des. Convocado) (4)	1	2	3		4	2	1
Olindo Menezes (Des. Convocado) (5)							
Jesuíno Rissato (Des. Convocado) (6)						1	
Ministros aposentados						1	
Total	53	45	50	2	81	85	42

Fonte: Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas.

Notas: **Total de processos sobrestados na origem por temas do STJ: 869.742.**

(Fonte: http://paineis.cnj.jus.br/QuvAJAZZfc/pendoc.htm?document=qvw_l%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shDRGraficos)

Mais informações sobre recursos repetitivos e IAC consulte o link: http://www.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/

(1) Ministro Presidente. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ. Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Ministra Corregedora Nacional de Justiça. (4) Desembargador convocado do TRF5 a partir de 5/3/2021. (5) Desembargador convocado do TRF1 a partir de 7/4/2021. (6) Desembargador convocado do TJDF a partir de 9/8/2021. (7) Revisão de tema repetitivo. Art. 927, §§ 2º a 4º, do CPC/2015 e art. 256-S ao art. 256-V, do RISTJ.

5. Recursos internos protocolizados

Das decisões do STJ proferidas em 2021, foram protocolizadas 149.830 petições de recursos internos, entre Agravos Internos (AgInt), Agravos Regimentais (AgRg), Embargos de Declaração (EDcl) e Embargos de Divergência (EDv). Quanto aos recursos externos, que incluem os Agravos em Recurso Extraordinário (ARE), Recurso Extraordinário (RE) e Recurso Ordinário (RO), foram protocoladas 11.189 petições no ano. O cálculo da taxa de recorribilidade, que apura a razão entre a quantidade de petições de recursos internos e a quantidade de decisões colegiadas e monocráticas do ano, entrega para o período a taxa de 26,7%, valor 0,6 ponto percentual menor em comparação com a taxa de recorribilidade do ano de 2020, interrompendo três anos consecutivos de alta desde 2017. A Figura 16 ilustra o histórico da taxa de recorribilidade nos últimos anos.

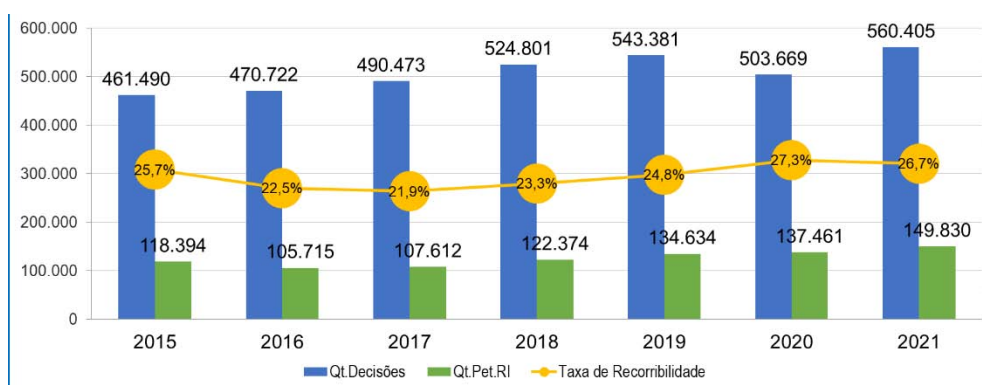


Figura 16. Série histórica da taxa de recorribilidade do STJ.

A tabela abaixo detalha as petições protocoladas por ministro e por classe de recurso.

Petições protocolizadas de recursos internos e externos - janeiro a dezembro de 2021 -

Tipos de recursos Relatores	Recursos internos					Recursos externos				Total (A + B)
	Agravo Interno	Agravo Regimental	Embargos de Declaração	Embargos de Divergência	Subtotal (A)	Agravo em Recurso Extraordinário	Recurso Extraordinário	Recurso Ordinário	Subtotal (B)	
Ministro Presidente	4.490	591	5.488	850	11.419	52	106	89	247	11.666
Ministro Vice-Presidente	3.440	3.975	4.412	153	11.980	2.023	6.399	1.919	10.341	22.321
Felix Fischer (4)	8	863	117	6	994					994
Francisco Falcão	2.993	22	1.379	124	4.518	2	34		36	4.554
Nancy Andrighi	3.554	16	1.395	106	5.071		19		19	5.090
Laurita Vaz	56	2.075	431	69	2.631	2	5	7	14	2.645
João Otávio de Noronha	56	2.373	361	77	2.867	2	15	5	22	2.889
Humberto Martins (1)		2			2					2
Maria Thereza de Assis Moura (3)										
Herman Benjamin	3.824	15	1.564	112	5.515	1	35		36	5.551
Jorge Mussi (2)	58	12	62	49	181		2		2	183
Og Fernandes	3.660	32	1.345	110	5.147		23	2	25	5.172
Luis Felipe Salomão	3.162	16	1.193	163	4.534		17		17	4.551
Mauro Campbell Marques	3.258	10	1.156	106	4.530		29		29	4.559
Benedito Gonçalves	3.927	22	1.621	84	5.654		8		8	5.662
Raul Araújo	3.548	17	1.386	149	5.100		14		14	5.114
Paulo de Tarso Sanseverino	3.211	9	1.248	86	4.554		20		20	4.574
Isabel Gallotti	3.502	18	1.357	102	4.979		15		15	4.994
Antonio Carlos Ferreira	3.322	1	1.194	70	4.587		18		18	4.605
Villas Bôas Cueva	3.639		1.465	72	5.176		5		5	5.181
Sebastião Reis Júnior	6	2.066	456	14	2.542		2	3	5	2.547
Marco Buzzi	3.605		1.578	99	5.282	2	18		20	5.302
Marco Aurélio Bellizze	3.323		1.223	69	4.615		22	1	23	4.638
Assusete Magalhães	3.347	1	973	61	4.382		15		15	4.397
Sérgio Kukina	3.540	3	1.110	24	4.677		29	1	30	4.707
Moura Ribeiro	3.048		1.168	53	4.269		6		6	4.275
Regina Helena Costa	3.715		1.301	49	5.065		30		30	5.095
Rogério Schietti Cruz	3	2.120	514	21	2.658		7	8	15	2.673
Gurgel de Faria	3.993		1.242	43	5.278	2	40		42	5.320
Reynaldo Soares da Fonseca	4	2.706	462	4	3.176		15	4	19	3.195
Ribeiro Dantas	114	2.688	735	15	3.552	2	11	12	25	3.577
Antonio Saldanha Palheiro	10	2.339	459	18	2.826		6	6	12	2.838
Joel Ilan Paciornik	5	2.459	496	21	2.981		6	16	22	3.003
Comissão Gestora de Precedentes (5)	2		2		4		1		1	5
Presidente da 1ª Seção	126		39		165		2	1	3	168
Presidente da 2ª Seção	4		5		9					9
Presidente da 3ª Seção	69		47		116		1		1	117
Manoel Erhardt (Des. Convocado) (6)	2.919	2	1.021	56	3.998	1	22		23	4.021
Olindo Menezes (Des. Convocado) (7)	5	2.046	375	11	2.437		11	1	12	2.449
Jesuino Rissato (Des. Convocado) (8)	1	1.774	354	22	2.151		12	5	17	2.168
Sec. Proc. Feitos (9)	2	179	27		208					208
Total	77.549	28.452	40.761	3.068	149.830	2.089	7.020	2.080	11.189	161.019

Fontes: Secretaria Judiciária; STJ (Sistema Justiça).

(1) Ministro Presidente. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ. Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Ministra Corregedora Nacional de Justiça. (4) Ministro em licença médica no período de 01/8/2021 a 27/01/2022. (5) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino no NARER conforme Portaria STJ/GP N° 98 de 22/3/2021. (6) Desembargador convocado do TRF5 a partir de 5/3/2021. (7) Desembargador Convocado do TRF1 a partir de 7/4/2021. (8) Desembargado convocado do TJDFT a partir de 9/8/2021. (9) Computadas as petições sem destinatários bem como as endereçadas aos ministros aposentados.

6. Processos baixados

O tribunal baixou² 398.088 processos em 2021, aumento de 11,39% (40.702) após queda de 12,41% (50.587) no ano anterior, apesar de ainda estar abaixo do recorde histórico de 2019. A quantidade de baixados tem se mantido estável desde a implantação do sistema de triagem de processos no STJ que trouxe maior celeridade aos julgados do tribunal desde 2016, com média de 376.252 processos baixados no período (figura 17).

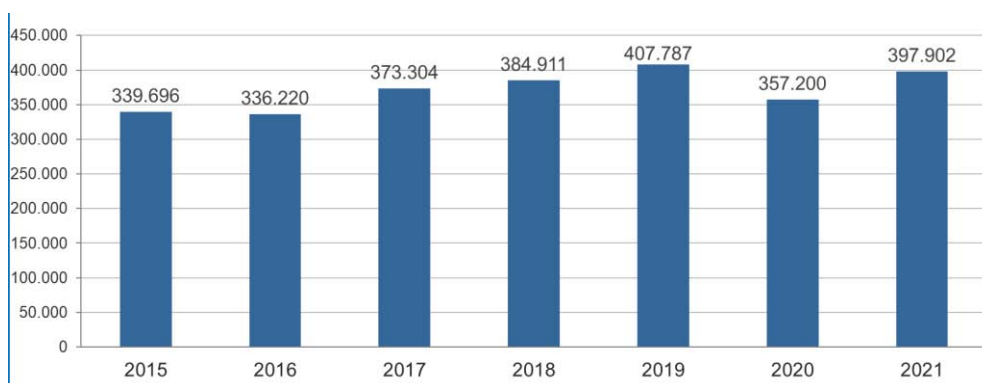


Figura 17. Série histórica dos processos baixados.

O tempo médio dos processos baixados em 2021 foi de 259,1 dias desde o recebimento, redução de 14,31% (43,26 dias) em relação à 2020, continuando sequência de baixa desde o pico de 2017 com redução média de 11,95% ao ano (figura 18).

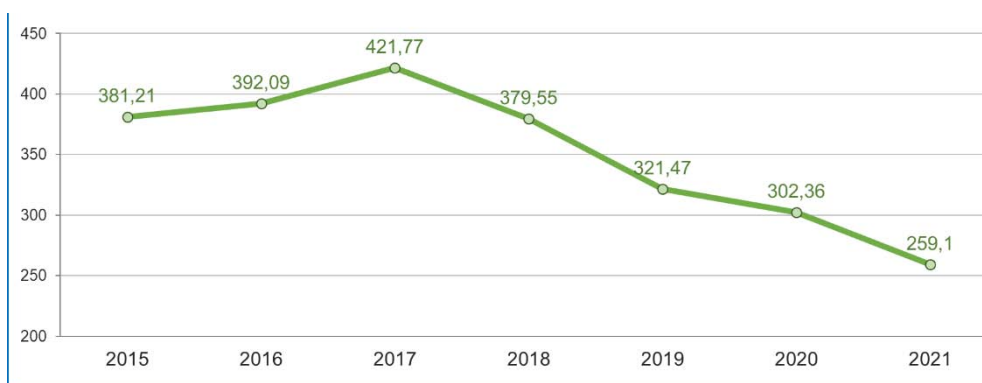


Figura 18. Série histórica do tempo médio em dias do recebimento até a baixa, escala a partir de 200 dias.

A série histórica das classes dos baixados mostra recuperação de 15,98% (28.006) dos AREsp em 2021, após forte queda de 15,51% (32.176) no ano passado que interrompeu sequência de alta de quatro anos entre 2015 e 2019. Os baixados em HC tiveram crescimento de 7,36% (5.621), e seguem em inclinação de alta desde 2015 com crescimento médio de 17,13% ao ano. O REsp permaneceu estável com leve queda de 2,05% (1.345) após forte queda em 2020 de 25,83% (22.867) que seguiu após três anos de estabilidade entre 2017 e 2019 com média de 87.315 julgados (figura 19).

² Os processos arquivados, que são originários do STJ, são contados junto aos processos baixados.

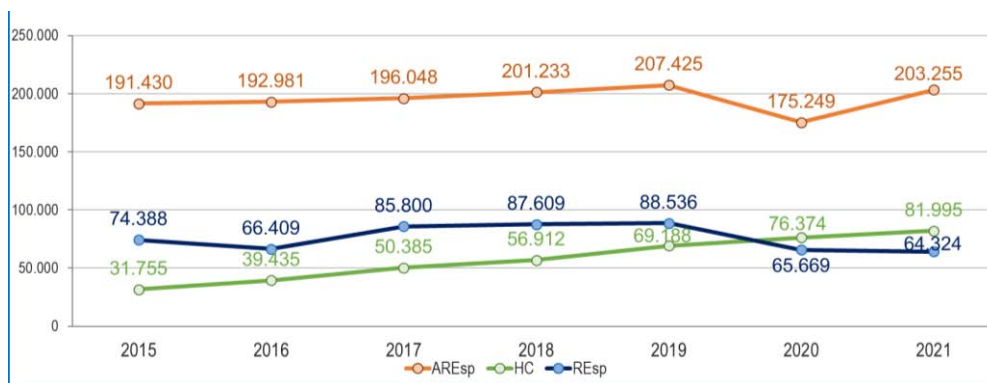


Figura 19. Série histórica das principais classes de processos baixados.

Analisando a série histórica dos baixados de acordo com os principais ramos de direito, o ramo civil exibiu relevante crescimento com ampliação de 12,03% (14.478), depois de pronunciada queda de 16,42% (23.641) em 2020. O ramo penal também apresentou aumento similar com expansão de 14,78% (17.955), mantendo forte inclinação de crescimento desde 2015 com expansão média anual de 11,82%. O administrativo apresentou aumento significativo de 13,53% (8.088) após queda de 21,11% (15.992) em 2020, mantendo-se próximo da média do período de 67.015. O previdenciário apresentou o aumento mais intenso com 31,42% (5.456) de expansão, e o primeiro ano de ampliação após três anos consecutivos de queda entre 2017 e 2020, enquanto o ramo tributário teve o seu segundo ano seguido de diminuição com 13,22% (4.525) de queda, após período de estabilidade entre 2015 e 2019 com média de 34.670 processos baixados (figura 20).



Figura 20. Série histórica dos principais ramos de direito dos processos baixados.

7. Acervo Processual

Apesar do aumento no número de processos principais julgados (54.165) e baixados (40.702), em relação ao ano passado, o STJ encerrou 2021 com 268.314 processos em tramitação, volume 3,98% (10.261) maior do que 2020, finalizando sequência de redução do estoque processual. O aumento do estoque se deve ao número de processos recebidos que também apresentou ampliação de 64.496 processos, superando pela primeira vez o número de baixados na série histórica a partir de 2015, cancelando o aumento da produtividade (figura 21).

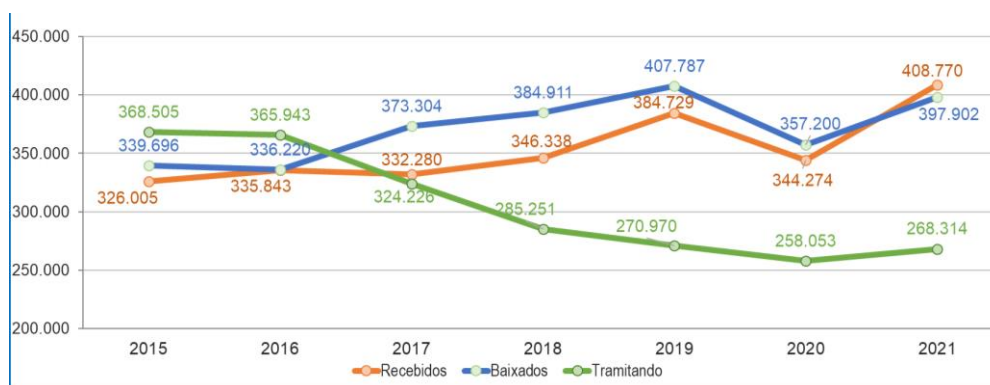


Figura 21. Série histórica dos recebidos, baixados e acervo processual. Escala a partir de 200.000 processos.

O tempo médio de tramitação em 2021 foi de 16,53 meses, queda de 9,08% (49,5 dias) em relação à 2020 e redução média de 5,02% ao ano desde 2016 quando o tempo médio passou a seguir inclinação de queda (figura 22a). O acervo do STJ é composto majoritariamente por processos recebidos recentemente, sendo 67,32% (180.624) processos recebidos neste ano, 12,89% (34.575) em 2020 e 6,94% (18.617) no ano retrasado (figura 22b).

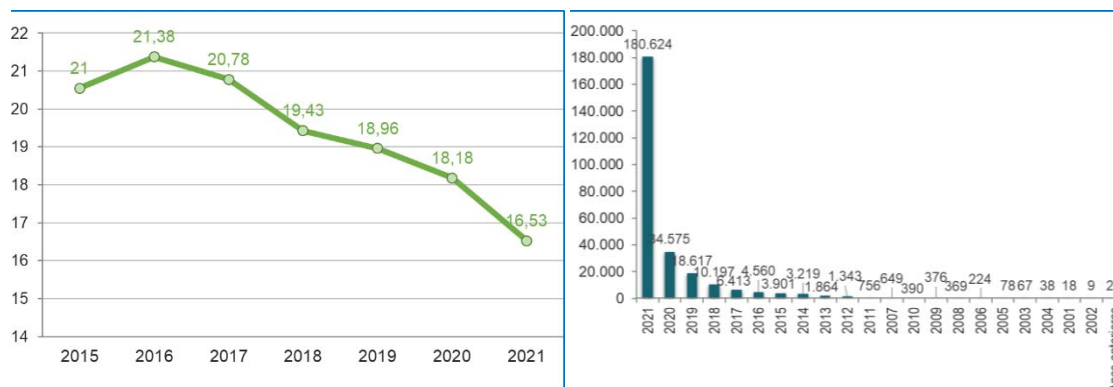


Figura 22(a). À esquerda série histórica do tempo médio de tramitação, escala a partir de 14 meses. Figura 22(b). À direita ano de recebimento dos processos em tramitação.

A razão entre o acervo do tribunal e o número de processos baixados foi de 0,67, o que significa que, caso não houvesse ingresso de novas demandas, e fosse mantida a produtividade dos ministros e servidores, seriam necessários aproximadamente 8,04 meses para zerar o estoque, indicador criado pelo CNJ chamado de “tempo de giro do acervo” (figura 23). Esse valor representou queda de 6,70% (0,05) após alta de 8,72% (0,06) em 2020, se estabilizando após período de queda entre 2016 e 2019.

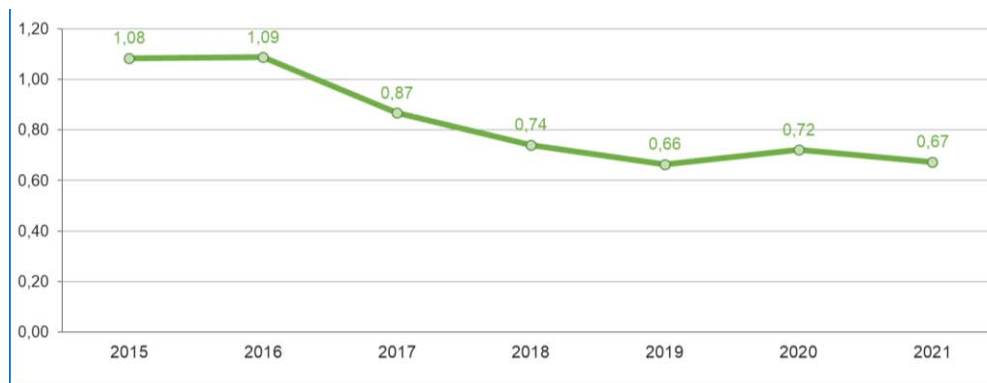


Figura 23. Série histórica do tempo do giro do acervo.

A taxa de congestionamento do STJ foi de 40,26%, valor 4,00% (1,68 ponto percentual) menor do que em 2020, após alta de 5,06% (2,02 pontos percentuais) no ano passado (figura 24). Essa taxa é outro indicador criado pelo CNJ que mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano (que consiste na soma dos pendentes e dos baixados). Quanto maior o índice, maior a dificuldade do tribunal em lidar com seu estoque de processos.

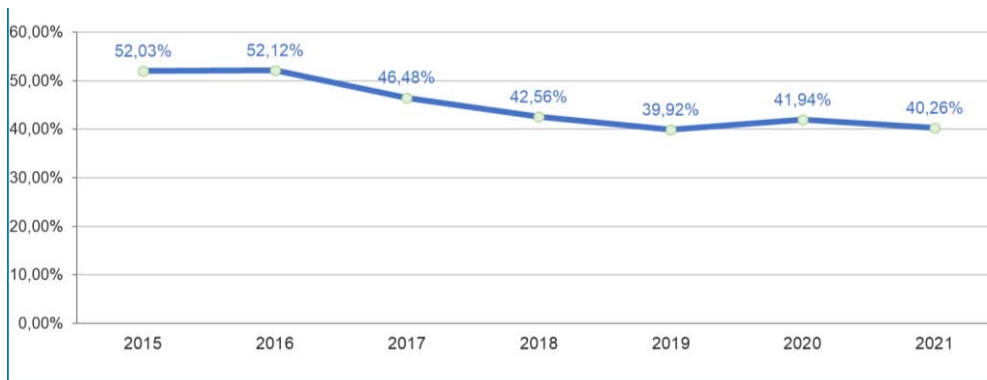
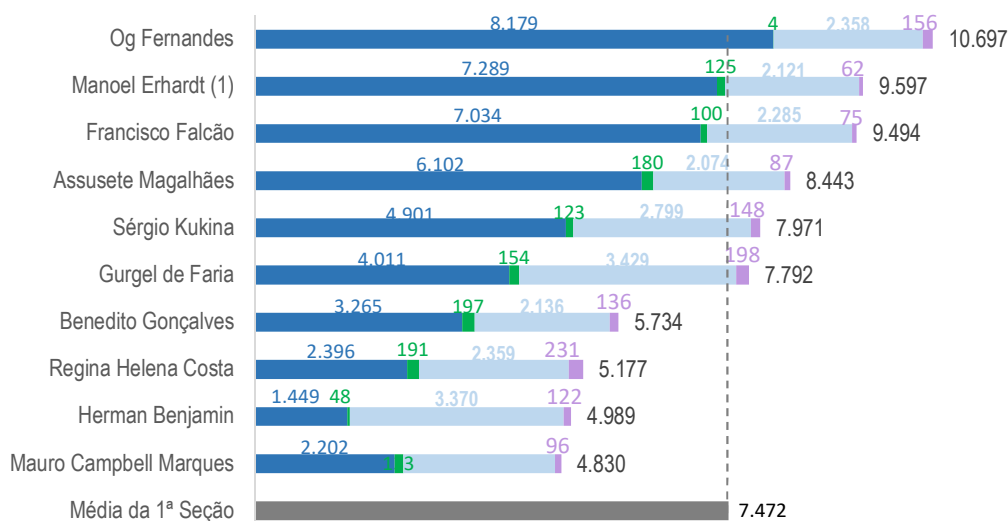
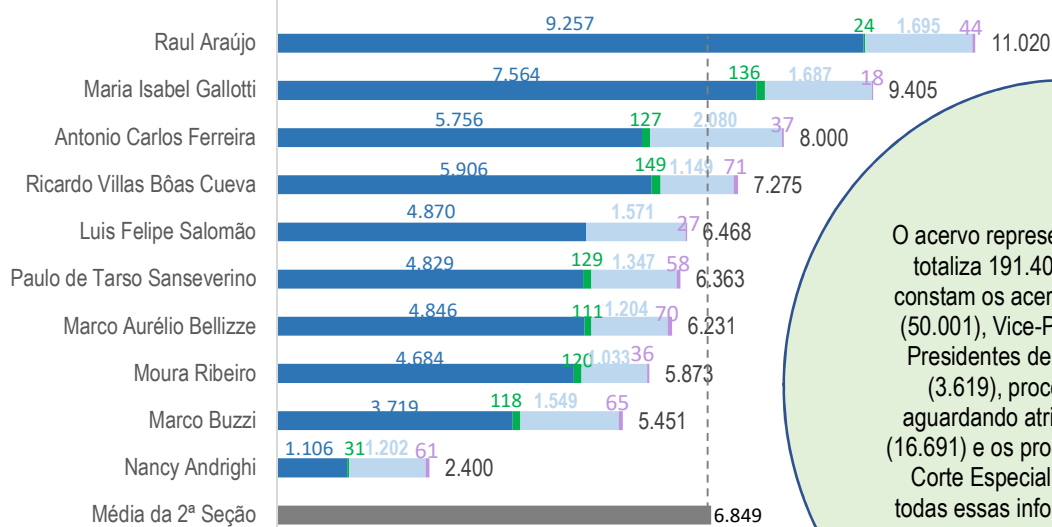


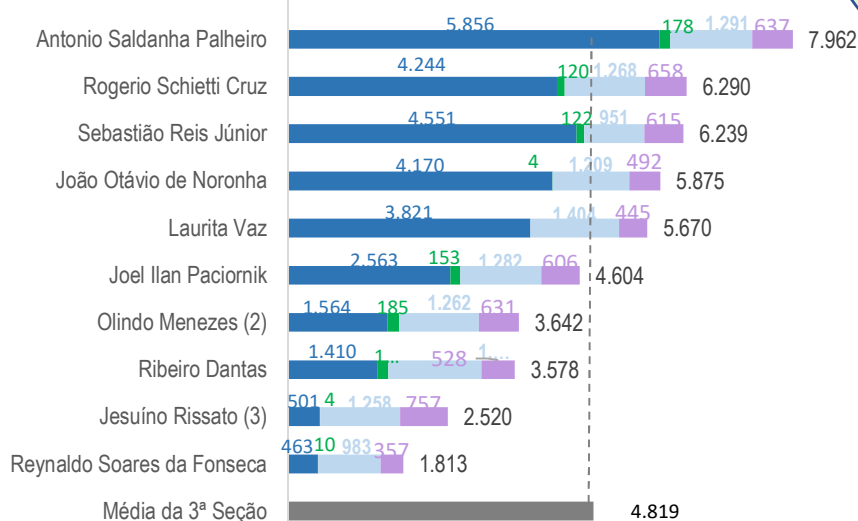
Figura 24. Série histórica do tempo da taxa de congestionamento.

As tabelas abaixo resumem as principais estatísticas de processos tramitando no ano.

Acervo processual por relator e órgão julgador em 31/12/2021

1ª
SEÇÃO2ª
SEÇÃO

O acervo representado neste gráfico totaliza 191.403 processos. Não constam os acervos da Presidência (50.001), Vice-Presidência (4.538), Presidentes de órgãos julgadores (3.619), processos que estão aguardando atribuição/distribuição (16.691) e os processos que estão na Corte Especial (2.062). Incluindo todas essas informações, o total em tramitação é de 268.314

3ª
SEÇÃO

■ 1) No gabinete ■ 2) Em trânsito para o gabinete ■ 3) Em outro local do STJ ■ 4) Em vista ao MPF

Fontes: Secretaria Judiciária; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Secretaria de Processamento de Feitos e STI (BI).

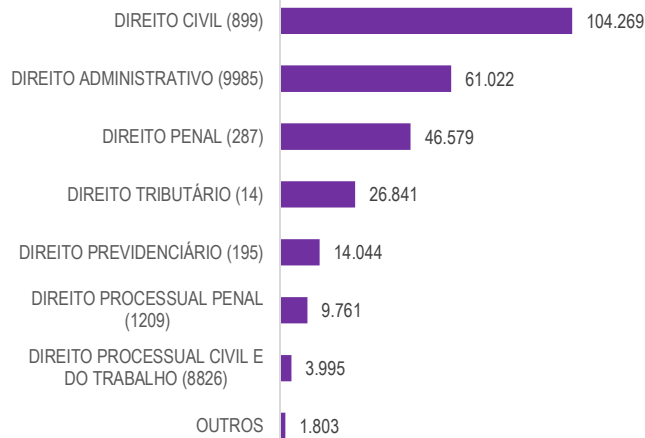
Nota: (1) Desembargador convocado do TRF-5ª Região a partir de 5/3/2021. (2) Desembargador Convocado do TRF 1ª Região a partir de 7/4/2021. (3) Desembargador convocado do TJDFT a partir de 9/8/2021.

Acervo em 31/12/2021

Maiores demandantes dentre os que estão em tramitação



Ramo do direito

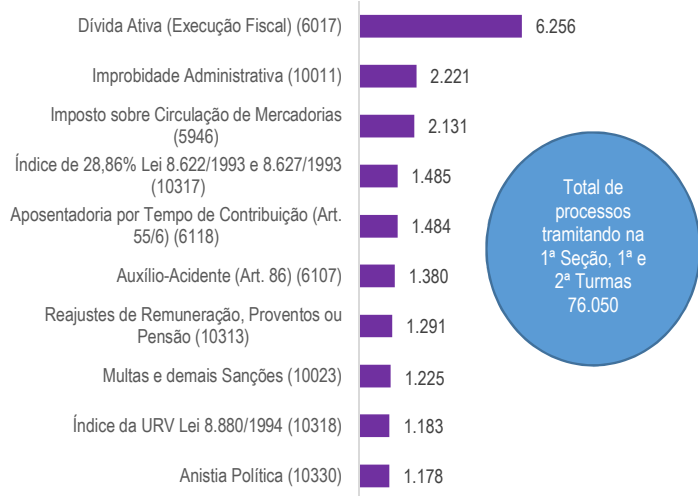


Principais assuntos no STJ

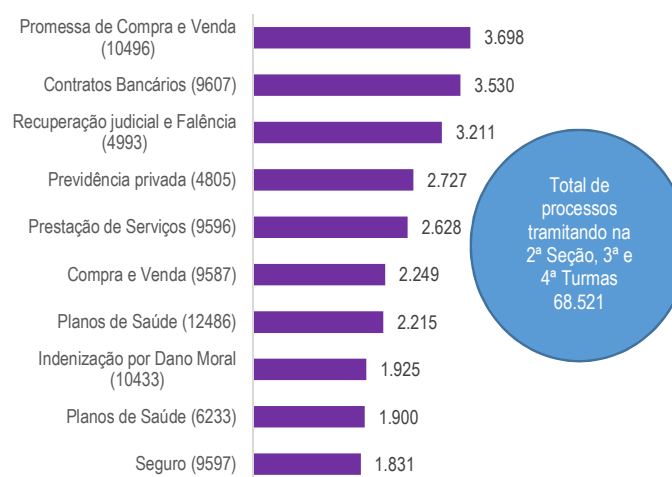


Principais assuntos por órgão julgador

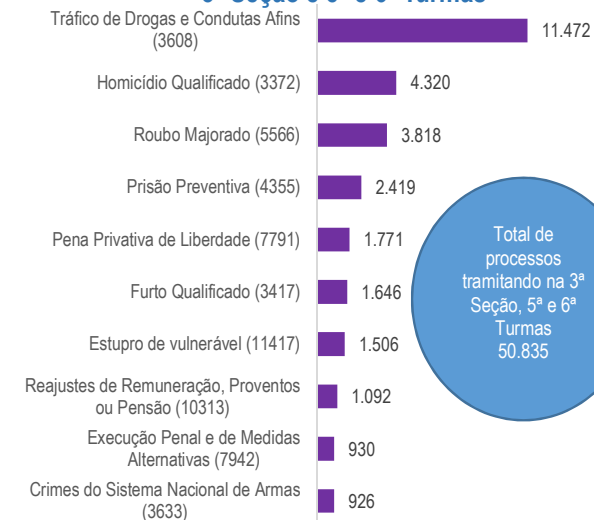
1ª Seção e 1ª e 2ª Turmas



2ª Seção e 3ª e 4ª Turmas



3ª Seção e 5ª e 6ª Turmas



Fontes: Secretaria Judiciária; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Secretaria de Processamento de Feitos e STI (Sistema Justiça; BI).

Notas: Os números entre parênteses nos processos por assunto referem-se aos códigos do Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça.

Nos valores totais apresentados nos gráficos por órgãos julgadores estão inclusos todos os processos inclusive os que aguardam atribuição.

8. Metas CNJ

No ano de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou a parametrização da metodologia para aferição e acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário com as variáveis estatísticas estabelecidas na Resolução CNJ nº 76/2009. Assim, o CNJ estabeleceu cinco metas para o STJ, das quais uma foi cumprida em sua totalidade e as outras foram cumpridas parcialmente em 2021.

Meta 1. Julgar quantidade maior de processos recursais e ações de conhecimento do que a dos distribuídos no ano corrente. Percentual de cumprimento: 99,1%.

Meta 2 (processos até dez/2016). Identificar e julgar até 31/12/2021, pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2016. Percentual de cumprimento: 96,7%.

Meta 2 (processos de 2017). Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 95% dos processos distribuídos em 2017. Percentual de cumprimento: 99,95%.

Meta 4 (Distribuídos até dez/2018). Identificar e julgar até 31/12/2021 99% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2018. Percentual de cumprimento: 89,9%.

Meta 4 (Distribuídos em 2019). Identificar e julgar até 31/12/2021 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas em 2019. Percentual de cumprimento: 100,5%.

Meta 6. Identificar e julgar, até 31/12/2021, 99% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 01/01/2015. Percentual de cumprimento: 94,0%.

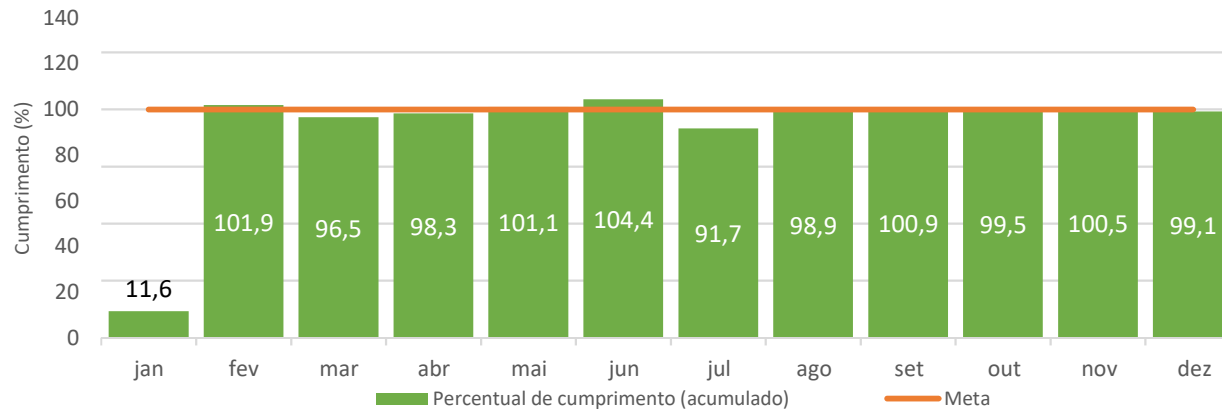
Meta 7. Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos dos temas afetados a partir de 18/03/2016. Percentual de cumprimento: 78,1%.

As tabelas abaixo mostram a evolução do cumprimento das metas ao longo do ano.

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO ACUMULADO) - 2021

Meta 1

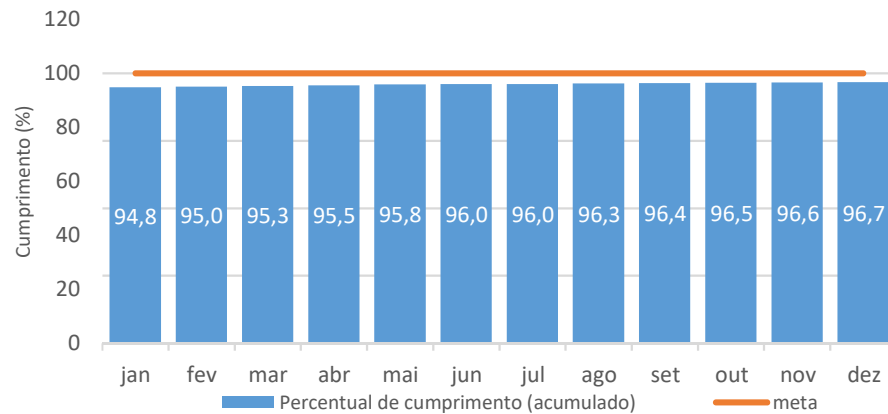
Julgar quantidade maior de processos de conhecimentos do que os distribuídos em 2021.



Meta estará cumprida quando atingir 100% da escala

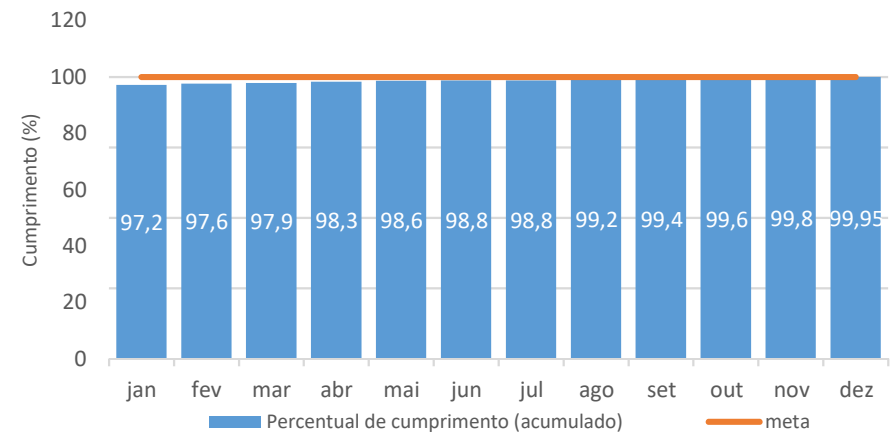
Meta 2 (processos até dez/2016)

Identificar e julgar, até 31/12/2021 pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2016.



Meta 2 (processos de 2017)

Identificar e julgar, até 31/12/2021 pelo menos 95% dos processos distribuídos em 2017.

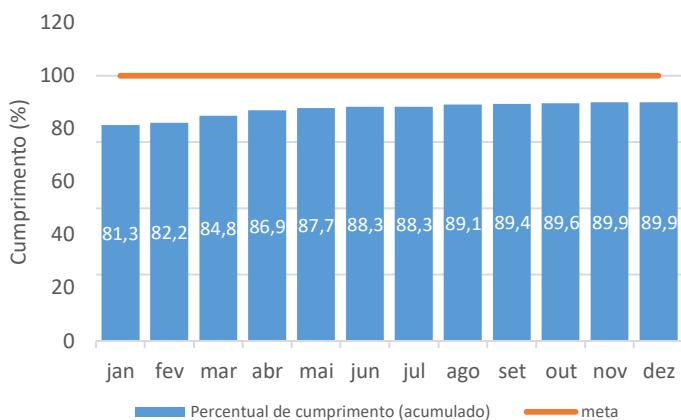


Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos, Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO ACUMULADO) - 2021

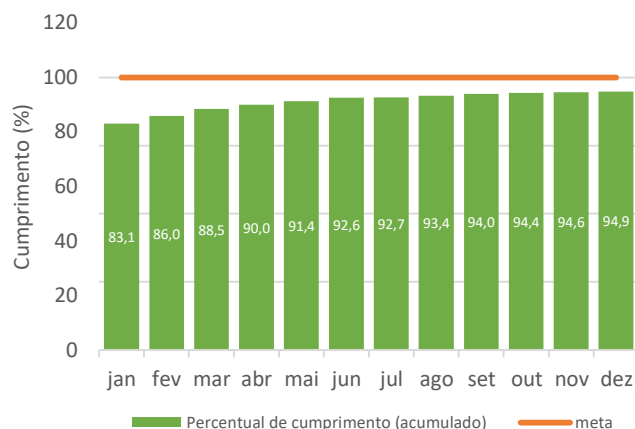
Meta 4 (Distribuídos até dez/2018)

Identificar e julgar até 31/12/2021 99% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2018.



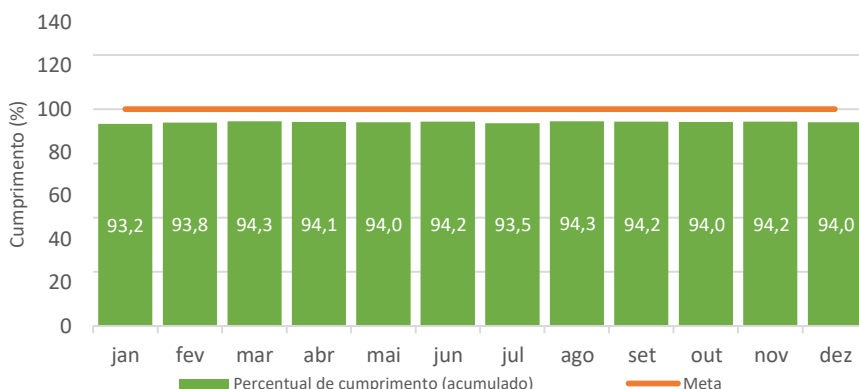
Meta 4 (Distribuídos em 2019)

Identificar e julgar até 31/12/2021 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas em 2019.



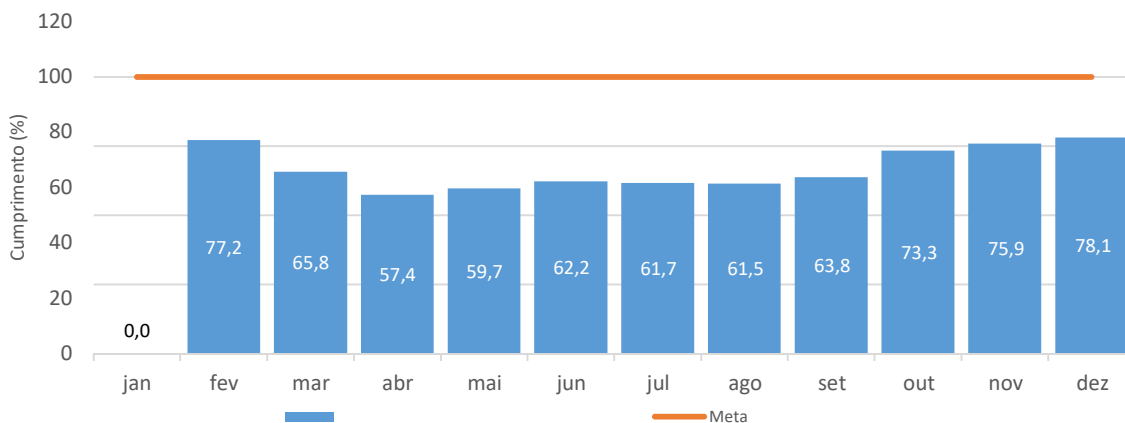
Meta 6

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 99% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 01/01/2015.



Meta 7

Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos.



Fontes: Secretaria Judiciária, Secretaria de Processamento de Feitos, Gabinetes de Ministros, NARER e STI (Sistema Justiça).

Glossário

Acórdão

Peça escrita que contém o julgamento proferido por órgão colegiado de um tribunal; não por um juiz.

AREsp (Agravo em recurso especial)

Recurso que se interpõe contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido.

Controvérsia

Representa o conjunto de processos recebidos pelo STJ na condição de representativos da controvérsia – RRC (§ 1º do art. 1036 do CPC), a fim de possibilitar a afetação dos (s) processo (s), pelo Órgão Julgador do STJ, ao rito dos recursos repetitivos.

Controvérsia aguardando manifestação

Representa todas as controvérsias pendentes até o mês de referência deste boletim (quantitativo acumulado).

Decisão interlocutória

É o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente, ou seja, ponto relevante que não põe fim ao processo.

Decisão Liminar

Decisão urgente e provisória, dada antes do julgamento do processo para evitar prejuízo irreparável a um direito

Decisão terminativa

É aquela onde o magistrado toma uma decisão que põe fim ao processo.

Decisão colegiada

Decisão proferida por um grupo de juízes ou ministros, reunidos em um colegiado. É também denominada de "acórdão". Os órgãos colegiados do Tribunal são: Corte Especial, seções e turmas.

Decisão monocrática Decisão proferida por um único magistrado; não por colegiado.

Distribuição

Escolha do relator do processo por sorteio ou por prevenção. O relator sorteado pode declarar-se impedido, caso em que é feito novo sorteio.

Ministério público

Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127).

Pedido de vista

Ato pelo qual o ministro solicita os autos de um processo com o direito de tomar conhecimento de tudo o que nele contém, se dá durante o julgamento no momento de proferir o voto ele pode pedir.

Processo

Conjunto coordenado de preceitos legais normativos, que imprimem forma e movimento à ação no sentido formal.

Processo atribuído

É o processo que foi imputado ao ministro nomeado no lugar de magistrado que deixou o cargo por aposentadoria, falecimento ou mudança de órgão julgador.

Processo baixado

Processo recursal que foi encaminhado de volta ao tribunal de origem.

Processo Arquivado:

Processo originário que foi guardado em arquivo definitivamente no tribunal após o trânsito em julgado.

Processo distribuído

Processo recebido pelo magistrado, mediante distribuição por sorteio, para que proceda ao seu julgamento.

Processo originário

Aquele que se inicia no próprio órgão e não chega a ele como recurso contra decisão proferida em outro grau de jurisdição.

Processo pendente de 1ª decisão

Processo que ainda não possui decisão terminativa/definitiva.

Processo recursal

Aquele que chega ao órgão como recurso contra decisão proferida em outro grau de jurisdição.

Processo redistribuído

É aquele resultante da nova distribuição decorrente da incompetência reconhecida do magistrado ou do órgão judicial a que foi anteriormente distribuída ou decorrente de aposentadoria, falecimento ou afastamento do relator originário.

Processo registrado

É o feito registrado ao Ministro Presidente, vice-Presidente e aos presidentes de seção por determinação regimental.

Recurso

Meio de que dispõe a parte vencida em um processo para provocar a modificação ou a invalidação de uma decisão judicial desfavorável.

RE (Recurso extraordinário)

Recurso da competência do Supremo Tribunal Federal contra decisões proferidas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo da Constituição Federal; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição; d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal (CF, art. 102, III).

REsp (Recurso especial)

Recurso de competência do Superior Tribunal de Justiça, instituído pela Constituição de 1988 (art. 105, 111). É cabível das causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; b)

julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal; e c) der à lei federal interpretação divergente de que lhe haja atribuído outro tribunal.

RO (Recurso ordinário)

Recurso dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, quando denegatória a decisão, em mandado de segurança decidido em única instância e habeas corpus decidido em única ou última instância pelos tribunais regionais federais e pelos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal e dos Territórios, bem como em causas em que forem partes estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado e, do outro, município ou pessoa residente e domiciliada no País (CF, art. 105, caput, II).

Relator

Membro de tribunal a quem se atribui – por distribuição automática e eletrônica – um processo para estudá-lo e explicá-lo em relatório, podendo ser escolhido também por prevenção, quando já tiver sido relator de processos referentes ao mesmo caso.

Voto-vista

Consiste no voto proferido pelo ministro que pediu vista dos autos.

Recurso especial repetitivo

É um recurso que representa um grupo de recursos baseados em teses idênticas, ou seja, que têm fundamento em questão de direito idêntica. Nesses casos, o processo fica suspenso no tribunal de origem até o pronunciamento definitivo do STJ sobre a matéria.

Classes processuais do STJ: para consultar todas as classes de feitos clique no link abaixo e consulte diretamente no Art. 67 do Regimento Interno:

[Link](#)

Áreas de especialização

O Regimento Interno definiu as áreas de especialização dos seus órgãos judiciários (seções e turmas), atribuindo-lhes competência para processar e julgar os feitos relativos ao Direito Público, ao Direito Privado e ao Direito Penal. Essa especialização é definida em razão da natureza da relação jurídica litigiosa.

